

REVISTA

— DO —

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

(Reconhecido de Utilidade Pública Pelo Governo Federal e Pelo Estadual)

NUMERO 16 — DEZEMBRO DE 1944



*Ó jovens Brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Pois a raça de heróis não degenera;*

.....
*Imitai-os para que elles, do sepulchro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos!*

NATIVIDADE SALDANHA



IMPRESA OFICIAL DO ESTADO
VITÓRIA
1946

REVISTA

— DO —

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

(Reconhecido de Utilidade Pública Pelo Governo Federal e Pelo Estadual)

NUMERO 16 — DEZEMBRO DE 1944



*Ó jovens Brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Pois a raça de heróis não degenera;*

.....
*Imitai-os para que elles, do sepulchro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos!*

NATIVIDADE SALDANHA



IMPrensa OFICIAL DO ESTADO
VITÓRIA
1946

O CENTENÁRIO DO SÊLO BRASILEIRO

ARAUJO PRIMO

Em 1.º de agosto de 1843, entraram a ser vendidos os nossos primeiros sêlos postais, completando-se, portanto, hoje, o centenário do acontecimento.

Foi a Inglaterra que iniciou o emprego do sêlo postal e seguiu-se-lhe o Brasil. Mais nenhum outro país, usava ainda esse sistema de franquear a correspondência que passava pelos correios. Tendo aquela nação o adotado em 1840, logo em 1841 a lei brasileira do orçamento para 1842 autorizou o Governo a melhorar o serviço dos correios. Nesse último ano, foi baixado o regulamento, datado de 29 de novembro, sobre o modo pelo qual se passava a efetuar o adiantamento dos portes das cartas e mais papeis, e o artigo 5.º de tal regulamento prescreveu: "Os portes serão pagos em papel selado ou sêlo do valor de 30, 60 e 90 rs. na fôrma constante do modelo n.º 1".

Parece que foi abandonada a idéia do papel selado, em virtude de observação, feita em officio de 13 de fevereiro de 1843, pelo Provedor da Casa da Moeda, e foram somente emitidos os sêlos referidos no regulamento citado.

O sr. Antonio da Rocha Barreto, funcionário postal aposentado, escreveu um trabalho a respeito do correio da Paraíba cem anos passados, e é desse trabalho a seguinte passagem: "Os primeiros selos de 30, 60 e 90 réis, pretos, conhecidos geralmente pelo nome de "Olho de Boi", foram impressos na Casa da Moeda, do Rio de Janeiro. Papel consistente, branco, imperfurados. Valor em algarismos grandes, brancos, contidos numa elipse deitada, com florões, e campo gravado a torno, cujo centro era formado por um grão de café estilizado, sobre fundo branco limitado por linhas que davam ao selo forma retangular. Dimensão para todos os valores 27x29mm. (Catálogo Clerot)".

Acêrca do pitoresco apelido dado aos atudidos sêlos, Roberto Thut, da Sociedade Filatélica Paulista e do Instituto Histórico de São Paulo, em artigo publicado no "Brasil Philatelico", edição de julho a outubro de 1939, disse: "Quem examinar um desses selos não deixará de achar razoavel tal denominação que, segundo nos parece, não foi dada pelos colecionadores, mas pelo proprio publico, quando apareceram".

Sobre os "olhos de boi", asseverou o mesmo sr. Roberto Thut, além de numerosos trabalhos esparsos em revistas filatélicas nacionais e estrangeiras, já se publicaram duas obras notáveis: uma do filatelista inglês coronel C. S. F. Napier, em 1933, constituída de 121 páginas e 40 pranchas anexas, e outra de José Kloke, presidente honorário da "Sociedade Philatélica Paulista", editada em 1938, num livro de 82 páginas e 16 anexos.

Com a generalização do novo sistema de franquia, surgiram os colecionadores de sêlos, e daí à filatelia, que tem tomado vasto desenvolvimento. Existem sociedades em grande número, revistas especializadas, bôlsas de tro-

cas e suas agências. Têm-se reunido vários congressos, nacionais e internacionais, e da mesma sorte exposições têm sido organizadas.

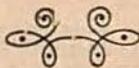
No Rio de Janeiro, de 22 a 30 de outubro de 1938, realizou-se a 1.^a Exposição Filatélica Internacional, sob a denominação Brapex. Foi oficializada e subvencionada pelo Governo brasileiro e teve como presidente de honra o dr. Getúlio Vargas, Presidente da República. Ocupou 14 salões do Museu Nacional de Belas Artes. Como prova da importância dessa exposição, cita-se o nome do dr. Clarence Herman, que veio dos Estados Unidos da América do Norte e trouxe 22 coleções de selos. Sua bagagem foi segurada pelo valor de um milhão de dólares.

Para a presente data, que além do centenário é o dia do selo, instituído pelo 1.^o Congresso Filatélico Brasileiro, em 1934, foi marcada a abertura da 2.^a Exposição Filatélica Nacional com o nome, ainda, de "Brapex", sob o patrocínio do Ministro da Viação, e organizada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Clube Filatélico do Brasil, tendo como Presidente de honra o Presidente da República.

Os verdadeiros filatelistas vêem os selos por um prisma digno de nossa admiração. Para eles, as muitas emissões evocam sucessos ocorridos no tempo atual e em épocas pretéritas, mantendo-lhes viva a memória de relevantes episódios da história.

Para concluir, digo que é um fato histórico, com o cunho de progresso o que é comemorado, e lembro, como motivo de justo orgulho, que foi o Brasil o primeiro país das Américas e o segundo do mundo a adotar o selo postal.

Vitória, 1.^o de agosto de 1943.



FOLCLÓRE

(CONFERÊNCIA DA PROF.^a D. M. STELA NOVAIS)

Palavras do presidente do Instituto na abertura da sessão (1.º de novembro de 1943) — Vamos ter o prazer de ouvir D. Maria Stela Novais, professora emérita, que distinguiu o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, escolhendo esta associação para, em uma de suas reuniões, dissertar sobre o tema "Botânica e folklóre na terra capichaba". E', pois, dedicada à distinta conferencista esta sessão especial.

A conferencista, muito conhecida como uma das ilustrações espírito-santenses, dispensa apresentação. O estudo que vai desenvolver será, certamente, mais uma demonstração do seu grande saber de naturalista, que ela, a mesma insigne conferencista, como se depreende da segunda parte do tema, amenizará com um pouco do nosso folk-lore.

Tem a palavra D. Maria Stela Novais.

(Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo em 1—11—1943)

Senhores Membros do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo:

Conduziu-me a êste cenáculo de cultura o dever gratíssimo de aquiescência ao vosso reiterado convite: em 1941, para que vos apresentasse o relatório dos meus trabalhos de botânica regional; agora, para trazer-vos uma notícia das anotações, aliás tão sumárias, que, de par com os estudos sobre a flóra, coordeno, da vida psíquica do povo espírito-santense.

Agradeço-vos a distinta atenção que vindes prestando à pequena iniciativa que desenvolvo, animada pelo desejo imenso de, na medida das possibilidades, realizar uma obra vinculada ao magistério que exerci.

Antes, porém, de entrar no têmea escolhido, permiti que ofereça ao vosso grêmio trabalhos publicados quando, mediante dois concursos, ingresséi no serviço público; estudos relativos às nossas orquídeas, em revista especializada e no Boletim da União Panamericana; e tésede pedagogia, apresentada ao Congresso de Educação em 1934 como delegada do E. do Espírito Santo.

E' pouco, de certo.

Mas, em nossa Chanaan bemdita, fonte preciosa de investigações em qualquer setor científico, histórico ou sociológico, encontrei a ânfora mágica das suas tradições, a exuberância única da Natureza e o flúido vivificante do vosso estímulo para prosseguir no trabalho e muito realizar ainda.

Minhas senhoras e meus senhores:

Invejava, nos meus tempos de estudante, a ventura de Haüy cujas mãos acariciavam os mais belos diamantes do mundo, enquanto o mineralogista deduzia as leis fundamentais da cristalografia. Hoje, curvo-me reconhecida à Providência Divina pelo desígnio inefável que me conduz a gravar minúcias cromáticas, desvendar originalidades biológicas e servir a fragrância sutilíssima das orquídeas lindas que, nas grinaldas dos cipós e nos troncos seculares das florestas capixabas, superam, em valor sistemático e ornamental, quantas vicejam no Brasil e nos continentes da sua distribuição geográfica.

Mas, se esperáveis algo sôbre o folclóre e não vos interessam as decantadas orquídeas, sem relação aparente com sacis-pereirês, anhangás, sapos jururús ou pésinhos de arrúda e alecrim, devo afirmar-vos, de início, que me não disponho a uma lição de botânica. Justifico apenas que, tratando das flôres régias da Natureza capixaba, foi que cheguei à psicologia popular.

Compreendamos, senhores, que o naturalista sincero realiza trabalho próprio. Não se limita à ciência de gabinete, à literatura de compêndios e traduções alheias. Seja qual fôr a especialidade preferida, colabora no progresso da ciência, esforça-se em adquirir cultura metódica e sólida que lhe permita integrar-se na evolução dos conhecimentos humanos. Investiga. E na pesquisa direta, relaciona-se com o meio. Exemplos claros desta afirmativa não precisamos procurá-los distante. Se os admiramos nos velhos escritos de Jean de Lery, Piso e Maregrave, têm-os igualmente, na jornada fecunda de tantos como Spix e Martius, Gardner, St. Hilaire, Príncipe Maximiliano e outros que desfilarão em épocas diversas de progresso e, apoiados em conhecimentos novos de sistemática, biologia, etnografia, etc., continuam a suceder-se no labor intenso, em busca de novas contribuições para a ciência.

Penetrando no reinado da flóra, encontraram as ocasiões mais propícias à investigação da alma do povo e à observação de usos e costumes regionais.

Consideremos ainda que, no trato constante das flôres, o espírito humano tende a personificá-las e termina elegendo-as companheiras diletas, nas horas calmas de meditação. Por isso, aquele que se dedica à botânica, na quietude dos apontamentos, divaga na paisagem mental do trabalho executado. Recordam-se das peripécias da colheita e da linguagem rústica do sertanejo, repositório de crendices e narrativas. Surgem-lhe, outras vezes, à memória, os recantos saudosos da infância, onde conhecera o primeiro ramilhete e, sob o influência amena da saudade, a visão da babá atenta parece modular ainda cantigas regionais, ou quedar-se enleada no sortilégio de um malmequér.

Assim, igualmente, prossigo na fáina silenciosa e feliz de tantos que se prendem ao fascínio da ciência, mórmente quando o centro de interesse reponta na região bem dita do Estado do Espírito Santo. Entre as nossas orquídeas e bromeliáceas, ou mesmo entre as cactus eriçados, conduzida pela associação de idéias, vagueio, em espírito; nas praias intermináveis e selva agreste que atraíram os colonizadores, quando Tupan dominava o gentio e Diogo Alvares, recolhido em águas habitadas pelos caramurús recebeu, por isso, a alcunha do grande peixe e credenciou-se aos encantos e ao amor de Paraguassú.

Percorro, outras vezes, os sítios antigos do Espírito Santo, que difundem ainda o encantamento sublime das excursões piedosas de Anchieta quando traçava na arçea o Poema da Virgem, ou cercado de fêras e répteis submissos, estudava o tupí, assistia a festas e dansas e, pela representação

de autos e mistérios, procurava atraír o íncola guerreiro. O Itabira soberbo. "O Frade e a Freira" em atitude contrita, o boqueirão da Cubiça, a Penha de tradições seculares, Benevente, Nova Almeida, todos os recantos capixabas até o longínquo S. Matêus projetam-se, no meu subconciente e despertam-me a lembrança caríssima das histórias fabulosas dos velhos de outróra, dos folguedos de S. João, dos reizados e lapinhas, das festas regionais que tanto contribuíam para vincular o capixaba à sua terra enfeitada.

Reporto-me ainda às notas de etmologia popular e narrativas dos missionários que se empenhavam em jornadas piedosas aos recônditos do Estado, desde as cidades florescentes aos logarejos distantes e antigos núcleos de botocudos. Em fotografias e manuscritos, sigo as entradas do Pe. Grüber nas matas do Rio Doce. Qual outro Hans Staden, esse "Verbo Divino" ardoroso conhecia o vocabulário, os costumes e as festas dos nossos remanescentes de aimorés.

E assim peregrinando mentalmente, sinto a belesa das páginas áureas do "Chanaan" e a tragedia, da derrubada furiosa; "quando o machado cantava com energia no âmago dos troncos e Jôca dizia as saudades do seu coração, tudo o que mais amava, com as íntimas vibrações do seu ser humano. E cantava num tom que era um grande suspiro:

Adeus campo e adeus mato,
Adeus casa onde morei,
Já que é preciso partir,
Algum dia te verei".

(1)

.....
.....

Em Cachoeiro de Itapemirim, recolhi a mesma quadra e o estribilho:

Adeus, cidade,
Adeus, Maranhão,
Adeus, moreninha,
Do meu coração...

E mais:

Adeus, casa de meu pai,
Salão em que passeava,
A janela em que me punha
Quando o meu amor passava.

* * *

Nas horas de lazer, sob o império de reminiscências dulcíssimas, examino e coordeno, porque apresentam valor inestimável para a história e a demo-psicologia, as notícias dos trabalhos apostólicos de D. João Néri e D. Fernando que, abrindo picadas, vadeando correntes e suportando canceiras, quando não existiam, no Espírito Santo, rede rodoviária e serviços de profilaxia, procuravam conhecer usos e costumes, crendices, festas regionais e recursos de instrução do povo.

Tomo do lapis e da pena, redijo memórias, comparo subsídios que sempre consigo do meio em documentos vivos e resultantes de pesquisa paciente, nesta parte da "imensa floresta moral", conforme a expressão de

Bilac, povoada de genios varios que inspiraram ao poeta sonetos de alto valor filosófico. Chego assim à "poramduba", onde

.....

 No mistério das sombras, entre os pios,
 Do noitibó, o candoblé se apresta.
 Batuques de capêtas, rodopios,
 De curupiras e sacís em festas,
 Em sinistros risinhos e assobios.

O trabalho é atraente e extenso, porque nêste pequenino Espírito Santo, onde o imigrante embevecido pela magestade do cenário, julgou encontrar a Terra Prometida, existe, além do currupira, da poesia espontânea do sertanejo e festança do Queimado, uma riqueza de manifestações significativas da evolução mental e emocional do povo. Aliás, a história e a literatura, desta parcela do Brasil, examinadas minuciosamente, demonstram no capixaba, em qualquer esfêra social, a imaginação exuberante como vigorosa é a terra do seu berço. Auscultando a vida psíquica do meio rústico, observamos por exemplo, que os nossos caboclos, tocando viola e sanfona, sustentam "desafios", "respondendo de cabeça", horas seguidas, até perderem a voz, ou caírem exaustos de "matar bicho".

As lendas, saudações de núpcias, tradições, résas e Divinos, contos do lar, testamentos de Judas, etc., perdem-se à medida que os velhos espírito-santenses desaparecem e os novos se afastam para outros centros de atividade.

No que se refere às crendices e superstições, sobresaem os mitos igneos, tais como o "boitatá", as "almas penadas" que se manifestam em chamas nos cemitérios e nos lugares onde os finados ocultaram as suas riquezas, as velas e os candieiros que atraem corujas e bruxas quando, numa casa, há recém-nascidos ou enfermos em perigo de vida, e, para não citar outros, as estrélas cadentes, ou "seleções"; mensageiras de felicidade se, nò momento, segurarmos um objeto de ouro e dissermos:

As estrélas do ceu correm,
 Do nascente para o norte,
 Mais também corre a fortuna
 Para quem tem boa sorte.

Ou, para que nos livrem de traições e mau olhado:

As estrélas do céu correm,
 Tôdas elas em seleção,
 Quem tiver sentido em mim
 Descanse seu coração.

.....

 "Quando uma estréla corre no ceu", ensina o Pai João, de Vila Velha, "basta dizer-se três vezes: — "Deus o ténha".

Enquanto procuro orquídeas, nos diversos municípios, recolho, coordeno e comparo o material folclórico, tão interessante e valioso para as nossas observações como as *Cattleyas* raras, ou espécies minúsculas de *Stellis* e *Octomerias* que nos atraem apenas pelo valor sistemático.

Conforme já o observou o Snr. Amadeu Amaral, no valioso estudo sobre o dialeto, "o caipira genuíno vive, hoje, com pouca diferença, como

vivia há duzentos anos, com os mesmos hábitos, os mesmos costumes e o mesmo fundo de idéas". Apresenta-se, por isso, o roceiro como repositório vivo do nosso patrimônio mental hereditário, estacionado por circunstâncias várias, sobretudo pela falta de instrução. Exprime sentimentos pela significação das flores. Nas fôlhas das hortas e dos campos, tem material para os *chá*s e *defumadores*; nas raízes da mata, remédios para *infusões e garrafas*.

Nas festas íntimas da família, nos folguedos infantis, nas passagens dolorosas da vida, o homem naturalmente põe em evidência as relações estreitas entre as plantas e o folclóre. Se os ramilhetes ornamentam a casa, nos dias festivos de aniversários, batizados e núpcias, e os noivos recebem as carícias das flores despetaladas que as criancinhas atiram, na cerimônia religiosa, as grinaldas, palmas e flores solitárias sobresaem depostas nos esportes, para a jornada triste à cidade fúnebre. Recordam-nos os tempos românos, quando se queimavam flores nos resíduos da cremação de um cadaver; mas, simbolizam, para o sentimentalismo geral, na delicadeza das pétalas e no verde das fôlhas, o adeus de corações que choram e a esperança do reencontro noutra vida.

As rosas descem aos túmulos, com o beijo da despedida fraternal e as margaridas e açucenas alcatifam louzas, no dia consagrado à saudade dos mortos.

Variam as "lembranças" conforme as condições sociais: para a jovem esposa é o botão de laranjeira "trincado nos dentes" do noivo; para a moça apaixonada, uma rosa oferecida pelo pretendente, ao passo que as viúvas guardam a perpétua roxa, como símbolo da saudade imperecível do companheiro fiel.

Dentre as plantas boas, que "atraem a fortuna" e a felicidade, sobresaem a aza de papagaio, a arruda, o alecrim, o arroz atirado sobre os noivos, após a cerimônia nupcial. Azarentas, "que fazem peso", são as orquídeas, o melocatos, a espirradeira que atrapalha casamentos, e outras cujo significado varia conforme o supersticioso, sob o domínio da sugestão.

Se o repontar sublime dos sentimentos afetivos tem, nas violetas, no miosotis (não me esqueças, jamais), nas saudades e sempre-vivas, sua caracterização, manifesta-se a alma humana, até na feitiçaria horripitante, sempre em relação gradual com as diversas partes da planta. A malva maça, por exemplo, e sinceridade numa carta de amor; e tristeza de ideal desteto, quando batida de uma escova e guardada no livro de rezas. No seu limbo fresco, as moças escrevem, com um estifete, os nomes queridos.

O molembá frondoso representa papel importante como palácio encantado, onde bailam sacis e capêtas. A sua tronche reúne-se o *camocite* dos cabulistas, seita africana que se infiltrou no Espírito Santo, procedente da Baía. D. João Néri descobriu-a em Itaúnas e estudou-lhe o cerimonial. Em nossas investigações, encontrei um *combone* autentico, muito pezaroso, porque a pólficia destruiu suas vestes proprias do ritual. Na *mesa* dos cabulistas, queima-se o incenso, ou qualquer outra resina perfumosa, enquanto os *amanas* entoam o primeiro nimbu:

Dai-me licença, carunga,
Dai-me licença, tatá,
Dai-me licença hácúlo,
Que o embanda qué quendá.

Mediante gestos e trejeitos, esforça-se o embanda para que o espírito se apodere de todos. Bébe o vinho apresentado pelo *combone*, sórve o fumo sagrado-tufa, ou embá. (3)

Pai João explicou-me: "É minha crença, desde pequenino"!...

Há diversos modos de afugentar-se o capêta, genio doméstico, de pés invertidos e boca ardente, que implanta a desordem, arrasta móveis e atormenta as donas de casa. A fôlha de ardiabo é infalível assim como a palha benta, colocada detraz das portas, principalmente, quando existe uma ferradura velha apanhada na via pública e que reforça as simpatias. Usa-se igualmente, a palha benta, para queimar-se durante as tempestades. "Abrandas e "livra dos raios"...

Simpatias diversas ligam-se às sementes e outras partes da planta; o arroz cozido, sob as panelas, "tira a fumaça" enquanto os tentos, ou abruços, mascados ligeiramente e atirados detráz do fogão socorrem as cosinheiras contra o feijão queimado.

Para levantar o catálogo dessa botânica mágica, tenho-me interessado em "aprender a curar", em conhecer os tios, os mestres, a mulher que benze, sinhá fulana que me ensina os segredos do "conhecimento exclusivo dela" porque "revelando-os, as folhas e as raízes perdem a força de curar, nas benzições e nos passes".

Seria enorme, para os limites de uma palestra, a relação dessa riqueza científica, dispersa nos ranchos e samburás.

* * *

Minhas senhoras e meus senhores:

Perecorrendo ligeiramente dados históricos, vemos que, antes do aparecimento da palavra FOLK LORE, em 22-8-1846, quando William John Thoms a propoz na revista "Athenaeum", na Inglaterra, publicavam-se poesias antigas. Mais tarde, distinguiram-se, na Alemanha, os trabalhos de Herder e os "Contos populares" dos irmãos Grimm; na Espanha, a "Biblioteca das Tradições Espanholas" e "Primavera e Flor dos Romances"; em Portugal, terra dos fados e madrigais, das lendas de Idade Média, dos Cançioneiros do Século V, Almeida Garret, Palmeirim e outros ocuparam-se da evolução mental do povo. Teófilo Braga, na História da Literatura Portuguesa, desenvolve considerações minuciosas relativas à importância étnica da fixidez das tradições em contraste com as diferenciações da lingua, ou dialetos, sob a influência do meio. Enaltece o valor das manifestações emocionais do povo que, se não constituem propriamente literatura, documentam e inspiram obras primas da inteligência.

Na França de Molière, Montaigne e Lafontaine, de George Sand, dos "Contos Populares do Norte", a tradição, os jogos, a poesia popular e os provérbios tiveram sempre cultores dedicados. Deu-se o mesmo na Russia, na Dinamarca, Finlândia, Italia, etc.

Nos Estados Unidos, organizaram-se sociedades e o folclóre conquistou lugar merecido nos meios educacionais. De acôrdo com programas típicos de pesquisa, 25 Universidades mantem 62 cursos e estimulam passeios, conferências e congressos. O Canadá tem igualmente registros do seu folclóre. Notam-se iniciativas idênticas nas Repúblicas ibero-americanas. Seria demasiado extensa a relação dos institutos que, da Argentina ao México, tratam da colheita nos domínios da música e das superstições, dos contos e hábitos populares.

No Brasil, desde as tentativas amplamente conhecidas de Silvio Romero, avulta o número de figuras ilustres que se interessaram e se interessam pelos estudos demo-psicológicos, reunindo trabalhos valiosos que empanecem os nossos modestos rascunhos.

Animada pelo escôpo de relacionar os folclóristas e as associações congêneres que se organizam nalguns Estados, a Sociedade Brasileira de Folclóre vela para que não deturpem a letra e a música dos folguedos populares. Procura ainda, no seu vasto programa, elevar, no Brasil, o folclóre a dignidade científica.

O saudoso dez. Afonso Cláudio occupou-se do assunto, em nossa terra e reuniu alguns textos, em "Trovas e Cantares Capixabas". — Resumiam, como explicava o autor, o desejo de contribuir para o levantamento do edificio maior — o *Folclóre Brasileiro*, empresa a que Silvio Romero votou a maior parte de sua vida e do seu extraordinário saber.

Outro investigador apaixonado de tudo o que se relacionava com a Terra Capixaba, não podia o professor Amancio Pereira, nos seus numerosos trabalhos de literatura e história, deixar sem referência passagens interessantes da vida emocional do povo espírito-santense. Não nas reuniu, porém, numa publicação especial.

* * *

O folclóre, assunto vasto e complexo, constitúe — a "ciência da cultura tradicional nos ambientes populares dos países civilizados".

O tempo exíguo não me permite estudá-lo aqui nas relações com a história, a antropologia, a literatura, etc. Não se reduz a coleções de versos e cançonetas populares, nem se o deve confundir com exhibições facéis de matutismo e caricaturas de Jécas e Manés, contrárias à consideração devida às figuras enérgicas e bôas nas sinhás donas e babás, dos senhores de engenho, pais velhos e servos devotados mamelucos, e cabocos. Concorrem para deprimir-lhes a memória perante a juventude atual, numa demonstração patente de ignorância do que nos legaram, embalando a infância da nossa Pátria e preparando-lhe a marcha no conceito das nações civilizadas. Contemplemos a ternura de "Mãe Preta", a telta admirável de Lucílio de Albuquerque. A alma da africana parece destilar-se em gotas de amor nos lábios do sinhósinho que sôrve o leite em tragos fortes, enquanto o pequeno "bonteli" descansa chupando o dedinho no couro de veado. É uma evocação do Brasil antigo dos engenhos e fazendas; desse Brasil menino que surgiu dos lares embalsamados nas lendas de Caramurú e Ramalho, desenvolveu-se ao som das melopéas de Vovô Índio; do Sapo-Jururú, Bicho-Papudo e Tutú-Marambáia das babás e didís; fortaleceu-se no trabalho hercúleo dos cafezais e canaviais e que o nacionalismo sadio da senhora Darcy Vargas eléva à devida apreciação social nos "Balangandans" e "Tempos de Debret", das suas iniciativas de beneficência.

Pensemos ainda que, mediante as parlendas e cantigas de ninar das mucamas, ou das histórias cheias de ensinamentos que as vovós contavam aos netinhos, temas diversos, conhecidos noutras plagas, divulgaram-se e evoluíram no Brasil. É a razão por que, de acôrdo com os mestres no assunto, não se pôde resumir a matéria sob a designação de Folclóre do Espírito Santo, ou mesmo Folclóre Brasileiro. O que se estuda, de feito, é o Folclóre no Brasil, e o que nos interessa agora é o Folclóre no Espírito Santo. Levam-nos à mesma conclusão os "Dois dedos de folclóre e de linguagem" que Gil Braz, cuidadosamente, esculpe aos domingos.

Criações outras da imaginação popular constituem subsídios secundários para avaliar-se a mentalidade dos habitantes de uma região e as suas reações em face da Natureza local, ou de fatos momentaneos. Aqui, no Espírito Santo, existem, por exemplo, e citei-as em trabalho para a Sociedade de Folclóre, lendas históricas, lendas tradicionais e lendas regionais propriamente ditas. Estas interessantes e magníficas são as interpretações

de "O Frade e a Freira", de "A Bacia de Ouro da Cubiça", de "O Itabira", da "Escrava Balbina", etc.

Senhores Membros do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo:

Não sei se posso repetir, hoje, o que, em 1923, escreveu o nosso eminente conterrâneo: — "Somos, na ex-província, e dizemo-lo com imenso pesar, os únicos espíritos que se abalançam (5) à sondagem da vida do povo no que existe de mais significativo no seu desenvolvimento mental e emocional". Certamente, outros, em retraimento igual ao meu, dispõem de melhores recursos de pesquisa e consequente reserva de contribuição para que o Espírito Santo figure nalguma "Bibliotéca Brasileira de Folclóre" que, algum dia, se publique.

Possuímos o Museu do Estado e a Academia de Letras, além do vosso Instituto. Fazemos a reconstituição do desenvolvimento psíquico do povo espírito-santense. Reconstituição no plano que o ilustre autor de "Colunas do Templo" lançou, através da imprensa carioca: o folclóre completo: Demo-psicologia, ou parte referente ao espírito e Ergologia, ou investigação dos valores de utilidade — alimentos, ofícios manuais, profissões rústicas, arte de moradia, etc.

Cultivamos as nossas tradições. Anima-nos a iniciativa nobilíssima do Governo Estadual, no sentido de conservar a magia dos nossos monumentos vinculados aos festejos religiosos, à vida e à poesia do passado. Temos ainda construções históricas em diversos pontos do Espírito Santo e, na Capital, Santa Luzia que nos lembra o início da civilização em nossa terra, já amparada pelo Governo; o Rosário, cuja escritura do terreno data de 23-7-1765, quando o Capitão Felipe Gonçalves dos Santos, sua filha Bernardina de Oliveira e seu genro Inacio Fernandes Rebelo fizeram a doação de duzentos e vinte palmos em quadro, para, neles, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos edificar uma igreja. Recorda-nos as fitas e os setins azues dos "Peroás", brilhantes como o entusiasmo da "Filarmônica Rosariense". A capelinha do cemitério de S. Francisco, junto às paredes restantes do Convento, transporta-nos aos chales rendados e às camisetas de setim dos Caramurús que fervilhavam na ladeira, animando os festejos dos partidários da côr da esperança.

Investiguemos a caracterização do *tipo capixaba*, que possa figurar na falange folclórica dos gaúchos, falcadores, jangadeiros, bandeirantes, mineiros, etc.

Organizemos um catálogo de fotografias e desenhos dos monumentos da Natureza capixaba, dos sítios históricos existentes e edifícios destruídos pelas exigências do urbanismo e necessária remodelação.

Ocupará assim o capixaba a parte merecida no grande Museu Ergológico Brasileiro, idealizado pelo Snr. Gustavo Barroso e que virá, de certo, algum dia, juntar-se aos designios altamente patrióticos do Museu Histórico Nacional e da Inspeção de Monumentos Nacionais.

Quando o ilustre secretário desta Casa distinguiu-me no honroso convite para que viesse trazer minha pequena contribuição às vossas iniciativas culturais, lembrei-me do folclóre, porque apresenta relações estreitas com os fins elevados do vosso gremio. Constitúe, igualmente, motivo de um trabalho que, podemos dizer, fraterno e carinhoso de congregar os capixabas e despertar, nos que se foram para longe, lembrança suavíssima do rincão natal. O Espírito Santo possui uma pléiade laboriosa de filhos ilustres, que em diversos pontos do País, se distinguem pela cultura e valor profissional. Dão, a outras plagas, os resultados da sua capacidade e carpem

a nostalgia da sua Chanaan cheia de luz, de flores lindas e paizagens que reúnem o colorido terno das alvoradas e o crepúsculo ardente dos painéis de Fanzeres à pujança da selva que estimula a coragem, e à faixa sinuosa das praias que inspira a poesia! Cultivemos a tradição que desperta a ternura. Essa tradição que vibra no estilo de Euclides da Cunha. Gonçalves Dias contemplou-a nos leques das palmeiras e chorou na saudade da Pátria distante. Essa ternura que embalou o indianismo de Alencar, inspirou "Inocência" e promana de "Região e Tradição" embalsamando a vasta obra sociológica de Gilberto Freyre.

Não me conduzem, de certo, sentimentos de bairrista atrazada, que se extasia diante da selva cheia de flores e vida e, agora, virou-se para os batuques, fandangos, cantigas e desafios de roceiros. Não, senhores, continuemos fidalgos em acolher àqueles que vêm trabalhar conosco e participar da vida social capixaba. São nossos amigos; fremem no mesmo culto ao nosso lábaro auriverde e cantam o mesmo hino de nossa Pátria. Fascina-os pela Chanaan Brasileira, tornam-se capixabas de coração.

Justifiquemos, porém, os espírito-santenses e procuremos substituir o espírito derrotista, que esmorece energias moças, desilude intenções puras e acérba a dedicação honesta, pelo estímulo e conforto moral.

Como o "Dia de Cachoeiro" atrái à sombra do Itaíra os filhos da Princesa do Sul, tenhamos o "Dia do Capixaba" que, em recordações sensíveis, faça vibrarem os corações, nesta parcéla do Brasil (6).

Na Terra Prometida dos colonizadores, trabalhemos pelo fulgor das letras e das ciências, conservação das tradições e, finalmente, pela confraternização dos capixabas.

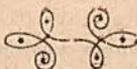
* * *

NO ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Cumpre-me agradecer, em primeiro lugar, à ilustrada oradora, que acabámos de ouvir, o brilho que, com sua aplaudida conferência, deu a esta sessão do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Agradeço, em seguida, à seleta assistência, destacando as Exmas. Senhoras e autoridades, pela anuência ao convite feito por esta associação, que assim pôde glorificar uma espírito-santense de mérito.

Está a sessão encerrada.



O ANIVERSÁRIO DE D. PEDRO II

Palavras do presidente do Instituto na abertura da sessão de 2 de dezembro de 1943.

“Hoje, como vem sendo desde anos anteriores, comemoramos a data do nascimento de um grande brasileiro — o príncipe d. Pedro de Alcântara, que, sucedendo no trôno a seu pai, o proclamador da Independência, por abdicção dêste, foi o Imperador Pedro II.

Quando elevado ao trôno, em 7 de abril de 1831, tinha pouco mais de cinco anos de idade, e foi o país governado por quatro regências sucessivas.

Declarado maior em 23 de julho de 1840, passou então efetivamente a reinar até 15 de novembro de 1889, dia em que começou o regime republicano.

Foi considerado o mais ilustrado monarca do seu tempo. Entretanto, acima da sua reconhecida cultura, bem merecem o seu nobre caráter e o seu intenso amor à Pátria.

D. Pedro II, num dizer sintético de Oliveira Lima, exerceu a ditadura da honestidade.

Teve detratores; porém, como confiadamente esperava, elevou-se para êle “a justiça de Deus na voz da história”.

Por feliz coincidência, o novo sócio, dr. Augusto de Aguiar Salles, que vai ser recebido nesta sessão, escolheu para tema do seu discurso de posse, do qual me deu prévio conhecimento, na fôrma dos Estatutos, a individualidade daquêle a cuja memória rendemos, mais uma vez, o nosso preito. Tornou-se, por isso, desnecessário nomear orador especial para a homenagem, ficando com essa missão o recipiendário, que terá a palavra depois de empossado.

* * *

Discurso proferido pelo Dr. Euripedes Queiróz do Valle, ao receber, em nome do Instituto, o nôvo sócio Dr. Augusto de Aguiar Salles.

Senhores:

Uma circunstância inesperada, qual a ausência incidente dos oradores oficiais da Casa, investiu-me assim da grata e honrosa incumbência de dar as boas-vindas ao novo colêga que chega.

A tarefa é, sem dúvida, para mim, das mais honrosas e por isso não vacilei, por um instante sequer, em aceitá-la.

Mas como devemos receber, meus senhores, um novo colega? Como uma visita de cerimônia? Como um amigo? ou como um irmão a mais que vem se incorporar à nossa grande família?

Recebemo-lo, Snr. Dr. Augusto de Aguiar Salles, desses três modos. Fazemo-lo como visita de cerimônia, porque não poderíamos realmente receber sem as cortesias e delicadêsas da cerimônia quem como V. Excia. chega a esta Casa ornado de apreciáveis atributos de inteligência, bôa-vontade e comprovada capacidade de trabalho.

Fazemo-lo como amigo, porque nesta Casa temos por amigos todos aqueles que como V. Excia. sabem pôr a sua inteligência e a sua atividade construtiva a serviço de um mesmo ideal de fraternidade, na obra comum da preservação e defesa do nosso patrimônio cultural e moral.

Fazemo-lo também como irmão, porque nesta Casa habita uma grande e única família. A família dos que estudam e dos que cultivam a bela árvore das nossas tradições, palmilhando o velho terreno adusto da História.

Somos operários de uma mesma e velha oficina, onde não há patrões e onde todos se entendem e confraternizam estimulados pelo mesmo impulso, pelo mesmo desejo de bem servir à terra em que nascemos.

Recebemo-lo pois desses três modos.

E não podia deixar de ser assim. Esta é a Casa da História, a Casa das Tradições, a Casa onde se cultuam as belas e encantadoras cousas do nosso passado.

E, por isso, a Casa da serenidade, a Casa da Paz, a Casa do trabalho fecundo e silencioso.

Não há aqui lugar para as paixões violentas, senão para aquêla paixão serena e comovida que nasce e brota do trabalho e da certeza de se ter contribuído para o aumento do patrimônio comum.

Não há também aqui lugar para os sensacionalismos crepitantes e falaciosos, senão para as emoções puras e profundas que o dever provoca e justifica.

A nossa matéria prima é o passado sempre vivo nas velhas e belas tradições que cultuamos.

Vivemos mergulhados nêle, como velhos garimpeiros, a procurar no fundo esmaecido das cousas e dos fatos a gema rebrilhantê e viva da verdade histórica.

Vivemos nêle e para êle, nos florões magníficos de sua belêza e na sublimidade augusta de seu significado.

E' dêle que nos alimentamos. E' para êle que vivemos todos, nas horas serenas da meditação e do estudo. Somos a sua guarda avançada. Defendemo-lo para cultuá-lo. Cultuamo-lo para honrá-lo e merecê-lo.

Sem o culto desse passado a História não seria realmente possível. E sem História, a vida dos povos e das cousas perderia esse perfume encantador que lhe embalsama, embelêza e vivifica.

E é no culto do passado, é no respeito à tradição, que melhor servimos ao presente. E nêsse culto ao passado, não há apenas reverência respeitôsa às cousas e aos fatos. Há também a homenagem da nossa veneração a aqueles que souberam preservá-lo e transmiti-lo.

Mas onde está, senhores, êsse passado? Onde se esconde êle, onde se aninha?

Está em tôda a parte. Está onde hajam ólhos para ver, ouças para ouvi-lo, táto para senti-lo e coração para amá-lo e querê-lo.

Está aqui, no amarêlo esmaecido de velha estampa que recorda um trêcho de antiga rua desaparecida.

Está ali, no velho manuscrito ressequido e rendilhado pela traça, onde se lê a descrição de uma passagem heróica, de um episódio de bravura e destemor de patriôta ilustre.

Está acolá no velho móvel empoeirado e enegrecido.

Está além, em velho marco de pedra, já coberto de musgo e que assinala o local onde se extinguiu uma vida de idealista ou de sonhador.

Está aquem, num velho Templo que se reconstrôi.

Está, como vemos, em tôda parte. Póde estar num livro como numa moêda; num trápo de bandeira como numa árca vêlha; num banco tóso como em custosa poltrona redoirada!

Tudo póde lembrá-lo, recordá-lo ou vivê-lo.

A vóz plangente de velho sino, como a velha árvore carcomida a cuja sombra brincávamos ou o trêcho de velha paisagem colorida.

E com que emoção, senhores, revivemos tôdas essas cousas! Como nos enléva e sensibiliza o passar à porta do nosso velho professor, já desaparecido, ou de nossa velha Mestra dos bons tempos de escola primária!

Como reflête e ecôa em nosso coração sentir, de nôvo, o planger triste do velho sino da capelinha branca da cidadêsinha em que nascemos ou do bairro em que passamos a mocidade!

Que mundo de recordações e emoções gratíssimas nos enche a alma quando por acaso entramos na velha sala de aulas de nosso antigo Colégio!

Tudo isso é o passado. Tudo isso é vida que o velho Tempo fez recuar para os arcânos sombrios da História mas que está sempre presente ao coração no milagre do pensamento, da imaginação e da memória!

E' êsse passado, são essas tradições, Sr. Dr. Augusto de Aguiar Salles, que nós aqui cultuamos e veneramos.

A Casa que vos recêbe neste momento não é apenas a Casa onde se guardam e se respeitam as cousas velhas.

Não é um sarcófago de lembranças ou de recordações mórtas. Mas um Templo. Um Templo vivo, em cujas abóbadas ressoam a música suavíssima de emoções vividas e onde se respira o incenso perfumado de nossa veneração e do nosso respeito pelos que se foram.

Somos todos Sacerdôtes dessa grande religião.

V. Excia., que entra nesta Casa já armado cavaleiro, trazendo no ouro reluzente de sua espáda a afirmação segura de sua inteligência e na prata rebrilhante de suas espáras, a segurança de um passado de trabalho e de amor à nossa terra, será aqui também um sacerdote dêsse culto de saudade e veneração.

E aqui tendes o que é a Casa do Espírito-Santo, e o papel que a todos nós está reservado.

Mas força é salientar que V. Excia. não entra nesta Casa como no-rêço. Como simples candidato ao sacerdôcio e de quem pudéssemos exigir certificado de preparatórios ou qualquer exame de capacidade ou madureza.

Não. V. Excia. transpoz os humbrais dêste Templo já feito Sacerdote, trazendo já as insígnias e os paramentos do Apostolado.

Sim, a esta Casa não tem sido estranha a atividade polimórfa de V. Excia. nos domínios da documentação histórica de nossa terra.

Acompanhamo-lo nas suas investigações e nos seus estudos.

Vímo-lo ao lado de Américo e Adolfo Monjardim, Olyntho Aguirre e outros, a pesquisar em nossa mansa e linda baía, ao sopé do Penedo, o lugar exato onde, há 70 anos atrás, Frederic Harritt deixára o sinal de sua passagem por esta Cidade.

Vímo-lo a documentar, pela fotografia, êsses achados históricos.

Vímo-lo ainda organizando e dando execução ao plano magnífico de conferências mensais na Prefeitura Municipal desta Capital, reunindo assim preciosa documentação sôbre fatos e cousas curiosas de nosso passado.

Vímo-lo também na organização de rica documentação fotográfica da Cidade.

Vímo-lo ainda colaborando na organização de nossa primeira exposição de jornais e executando a primeira exposição de nossos livros.

Vímo-lo no desempenho patriótico de várias outras atividades construtivas, tôdas tendentes a registrar, documentar e engrandecer o nosso passado.

Eis porque o recebemos aqui já feito sacerdote e como velho irmão e companheiro a quem precisávamos apenas dar o braço e trazê-lo para o nosso grande lar comum.

Esta solenidade não significa outra cousa.

Ela registra exatamente a vossa chegada, o alvoroço da nossa alegria e o desejo amigo de abraçá-lo e estreitá-lo em nossos braços.

Entrai Snr. Dr. Augusto de Aguiar Salles.

Recebei o nosso abraço.

Tomai assento em nossa mesa.

Esta Casa é também, agóra, a vossa Casa.

* * *

Discurso pronunciado em 2 — 12 — 1943,
no Instituto Histórico, pelo Dr. Augusto de
Aguiar Salles.

Senhores:

Percebo neste momento, cumprindo as disposições estatutárias indispensáveis ao ingresso nesta casa — templo de sublimação histórica e geográfica — o pêso indescritível da responsabilidade que, com este ato, recebo sobre os ombros.

Sómente a magnificente bondade que transborda dos corações dos íclicos cidadãos que neste momento recebem em seu seio um novo companheiro, desprovido das qualidades intelectuais que ornaram os beneméritos membros desta casa, fez com que eu tivesse a ousadia de assomar a esta tribuna.

Trago em minha bagagem, apenas, duas armas — bôa vontade e amor à terra — com as quais lutarei, empregando o máximo de minhas energias em prol do engrandecimento das atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Sinto-me perfeitamente bem neste ambiente, onde não pairam objetivos materialísticos, onde se cultua o amor à Pátria, dignificando os seus mártires, para que os feitos gloriôsos de nossos antepassados fiquem eternamente vivificados na lembrança das gerações porvindoiras.

No conceito filosófico de um dos mais estudiosos homens de nossa Pátria, uma nação vale pela sua história, sua alma, a lição de seus homens e de suas cousas, na corrente do destino, julgadora e eterna. Este conceito encontrou ambiente propício no espírito de três compatriotas dignos da nossa maior admiração, pelo muito que procuraram fazer, na tarefa de elevar bem alto o nome do torrão que lhes serviu de berço — Drs. Antonio Francisco de Athayde, Carlos Xavier Paes Barreto e Archimimo Martins de Mattos — promotores da idéia da fundação de uma sociedade destinada ao estudo da história nacional e da geografia, especialmente no que se referisse ao Estado do Espírito Santo.

Em 12 de junho de 1916, êsse triumvirato, assumindo a direção dos trabalhos em uma das salas do Congresso Legislativo do Estado, teve a satisfação de contar com a presença de mais 36 ilustres cidadãos, concretizan-

do, dessa forma, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, denominação escolhida por aquela assembléia.

Alguns daqueles abnegados cultores desse sentimento de brasilidade que hoje se espalha por todos os recantos de nossa Pátria, e que acorreram com a sua solidariedade ao apêlo de Antonio Athayde, Carlos Xavier e Archimimo Matos, permanecem até hoje em seus postos, laborando com todo o interêsse espiritual para o fiel cumprimento das altas finalidades que determinaram o aparecimento da associação que me oferece o feliz ensejo de ingressar em seu quadro social nesta data.

Esta oportunidade maravilhosa eu a poderia ter conseguido há mais tempo, desde quando a direcção deste templo de estudos resolveu aceitar-me em seu quadro social, mas Euripedes Queiróz do Valle — êsse "gentleman" que dá a excelsa honra de incluir-me no largo círculo de suas relações de amizade — decidiu que eu seria recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, exatamente no dia em que essa instituição ia comemorar a passagem do 118.º aniversário de nascimento de D. Pedro II.

A memória de D. Pedro II, declarou Joaquim Nabuco, "não pertence unicamente á nação de que ele foi guia e pai; pertence tambem ao seculo de que foi lustre e honra, ao Novo Mundo de que foi no seu tempo o mais respeitado representante, á Humanidade inteira, na qual ficará sendo uma das personificações mais gloriosas, mais dignificadoras e mais compreensivas da virtude moral".

Aquele augusto soberano, nascido na Quinta da Boa Vista aos dois dias do mês de dezembro de 1825, foi, incontestavelmente, um grande estadista, elevando bem alto, aos olhos admirados do mundo inteiro, o nome do Império que tanto amava.

Com apenas cinco anos de idade, já era imperador, como conseqüência da abdição de D. Pedro I.

Aos quatorze anos já se revelava um "menino prodígio", e as confabulações para apressar a maioridade do jovem monarca começaram a tomar corpo desde 1837. Em 13 de maio de 1840, a moção proposta por Holanda Cavalcanti em favor da maioridade antecipada, foi rejeitada pelo Senado pela diferença de dois votos, e em 20 de julho do mesmo ano, Antonio Carlos, laconicamente, renovou a proposta com a seguinte proposição: "O sr. D. Pedro II é declarado maior desde já".

A simpatia pelo jovem soberano espalhava-se por tôdas as camadas, e em todos os cantos da cidade era cantada a seguinte quadrinha:

Queremos D. Pedro II,
Embora não tenha idade,
A Nação dispensa a Lei,
E viva a Maioridade!

Uma comissão composta dos Andradas — Antonio Carlos e Martim Francisco, o antigo regente Vergueiro, Paulo Cavalcanti, o conde de Lages, Alencar, Montezuma e o ruídooso Holanda, fôra à presença de D. Pedro II, para pedir que accitasse a maioridade antecipada. Ouvido o objetivo da delegação, o jovem imperador declarou que concordava. Quando lhe perguntaram: — Quererá Vossa Majestade assumir o govêrno em 2 de dezembro, quando completa seus 15 anos, ou quer já? A resposta não se fez esperar. — Quero já.

Circulou pelo Paço a noticia alviçareira. D. Pedro II começava o seu reinado!

Apesar de pacifista, nunca demonstrou fraqueza, nem fugiu ao imperativo da fatalidade.

Reprimiu o caudilhismo no Brasil e no Prata, sufocou as revoluções de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas e Maranhão, garantindo 40 anos de paz interna.

Carlos de Ribeyrolles, exilado da França por Napoleão III, escreveu que "no Brasil não se conheciam processos políticos, nem prisioneiros de Estado, nem restrições a imprensa, nem conspirações, gosando-se de absoluta independência espiritual, graças a D. Pedro — cuja majestade consistia, não nas suas prerogativas, mas no caracter pessoal".

Darwin declara que "todos os sábios lhe devem o maior respeito". Gladstone aponta-o como "modelo de reis, bençãem e exemplo de sua raça".

Mitre chama-lhe "chefe de uma democracia coroadá"

O conde de Afonso Celso, pena de incontestável brilho, em seu livro "O Imperador no Exílio", com as palavras que se seguem, traça o vida de devotamento e trabalho do último imperador do Brasil: "Em nenhum instante do demorado percurso de D. Pedro II na terra, poderá a crítica de boa fé comprovar um passo, um só, que o deshonre, um unico ato que lhe conspurque a memoria, tornando-a passível de menospreço pela posteridade..."

Serenidade imperturbavel, linha reta constante, invariavel observancia do dever: pureza, dignidade, elevação permanentes... Morreu cheio de dias, na frase biblica, e nenhum minuto de tantos e tão diversos dias foi maculado, malbaratado, desconhecido..."

O imperador não era um cidadão comodista e apegado ao bem estar da côrte. As dificuldades de transporte da época, não impediam que o soberano percorresse as Províncias, no intuito de verificar pessoalmente o progresso, os métodos de trabalho, as necessidades e o bem estar de seus súditos.

Em 1.º de outubro de 1859, saiu da côrte a bordo do "APA", da marinha de guerra do Império, comandado por Tamandaré, e comboiado pelas fragatas "AMAZONAS", "PARANÁ" e "BELMONTE", comandadas respectivamente por Teotônio Raimundo, Mariz e Barros e Delfim de Carvalho, para empreender a viagem a Baía, Pernambuco, Paraíba, Alagoás, Sergipe e Espírito Santo.

Na Baía e Pernambuco, principalmente, as festejos adquiriram um caráter de deslumbramento.

No dia 26 de janeiro de 1860, às oito e meia horas da manhã, aportou a comitiva a esta cidade.

À sua chegada formaram os batalhões da Guarda Nacional, para serem prestadas as devidas honras a S.S.M.M.I.I. o Senhor D. Pedro II e D. Tereza Cristina Maria, que foram recebidos com o maior regosijo pela população desta capital.

Para o desembarque da comitiva imperial foi construída uma ponte de madeira no cãis fronteiro ao Palácio, que, depois dessa visita, tomou o nome de Cãis do Imperador, e reparada e calçada a praça até o cãis, bem como a ladeira em frente ao Palácio.

Para que a recepção fôsse condigna de tão augustos visitantes, o Palácio foi transformado em residência imperial, ornamentado com o melhor gosto possível, pela comissão para êsse fim nomeada pelo Comendador Pedro Leão Veloso, Presidente da Província.

O governo solicitou o concurso do povo para o maior brilhantismo da recepção, destacando-se os donativos dos srs. Coronel João Nepomuceno Gomes Bitencourt, Barão do Itapemirim, Major Mateus Cunha e um outro

que fez questão que sua doação fôsse anônima, os quais concorreram com Cr\$ 5 500,00 cada um, para os reparos, melhoramentos, asseio e decoração do Palácio.

Por estas quatro doações de particulares, equivalentes a 30% da receita anual da Província, pôde-se muito bem avaliar o brilhantismo dos festejos com que foram recebidos os fidalgos visitantes, e durante a permanência dos mesmos nesta capital.

A ilustre comitiva visitou demoradamente os pontos mais pitorescos da cidade e seus arredores, seus templos, o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, etc.

Como de costume, D. Pedro II, nuscultando as necessidades locais, fez a doação da importância de Cr\$ 3.000,00 para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, que foi empregado na compra de apólices, e de Cr\$ 1.000,00 para que fosse feito um gradil externo no Cemitério que ia ser localizado em Santo Antonio.

No intervalo compreendido entre o dia da chegada e o dia 1.º de fevereiro, S.S.M.M.I.I. visitaram a vila do Espírito Santo, cuja excursão foi feita por mar, deixando o Imperador a importância de Cr\$ 400,00 para ser aplicada nos reparos de que carecia a Matriz daquela vila.

Interessado que estava em conhecer todos os recantos da Província, aproveitou o Senhor D. Pedro II para visitar a colônia de Santa Leopoldina, fundada em 1857 por 140 Suíços, cuja viagem foi feita em canoas subindo o Rio Santa Maria, até o Porto do Cachoeiro. Depois de verificar o desenvolvimento da colônia e suas principais culturas, seguiu a comitiva, a cavalo, para a colônia de Santa Izabel, instalada em 1847. Nessa época, a sede da colônia, por conveniência dos trabalhos da colonização, já havia sido transferida da freguezia de Viana para o atual distrito de Santa Izabel. O Imperador demonstrou grande interesse e carinho pelos trabalhos da agricultura, percorrendo os lotes circumvizinhos, pedindo informações quanto aos métodos de plantio e a respectiva produção.

Para a conclusão do templo católico dessa colônia, deixou o Imperador a importância de Cr\$ 800,00, que foi entregue ao capelão Pedro Regalado.

Seguindo o mesmo itinerário da ida, regressou a comitiva a esta cidade.

No dia 1.º de fevereiro, deixando nesta cidade Sua Majestade a Imperatriz, partiu pela madrugada com destino à vila da Serra, onde almoçou, depois de percorrer as ruas da vila, o cemitério, e visitar a igreja e a Câmara Municipal. Verificando as necessidades locais, fez a doação de Cr\$ 500,00 para serem aplicados nos reparos da igreja, e Cr\$ 500,00 para a instalação condigna do cemitério local.

Da vila da Serra, partiu para a vila de Nova Almeida, onde chegou no mesmo dia, sendo recebido por inúmeros cavaleiros à distância de 12 quilômetros.

Sua Majestade, sem dúvida, no propósito de aliar seu acrisolado interesse pelo bem estar do povo, com o respeito que tributava às coisas antigas, deixou a importância de Cr\$ 500,00 para ser aplicada nos reparos e cobertura da fonte daquela vila, chamada dos Padres, cujas obras foram executadas por uma comissão composta do sub-delegado, do paroco e do presidente da Câmara.

Em Nova Almeida jantou e pernitoou, depois de visitar a Igreja dos Santos Reis Magos, a Câmara Municipal, o Poço dos Padres e as praias.

No dia 2 pela manhã, depois de ouvir o santo sacrificio da missa celebrado pelo vigário Manoel Antonio dos Santos Ribeiro, na Matriz da vila,

partiu às 6 horas para a vila de Santa Cruz, onde chegou à tarde desse mesmo dia. Nessa vila, Sua Majestade demonstrou o mesmo interesse anterior, fazendo doação da importância de Cr\$ 500,00 para os reparos da igreja local.

No dia 3 pela manhã partiu Sua Majestade acompanhado da respectiva comitiva para Linhares, passando por Riacho. Para que essa excursão pudesse ser efetivada, o Governo Provincial mandara abrir, em picada, a comunicação entre Riacho e Linhares, bem como a limpeza do canal que pelo brejo do Riacho comunicava-se com a lagôa do Aguiar, trecho que foi percorrido em canoas.

A comitiva chegou a Linhares já noitinha do mesmo dia 3, onde foi recebida com retumbante entusiasmo popular. Ao Rev. padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, foi entregue pelo soberano a importância de Cr\$ 300,00 para aquisição de paramentos para a igreja de Linhares, logo após ouvir a missa naquele templo, na manhã do dia 4.

Daquela vila regressou Sua Majestade a esta capital, onde chegou no dia 6 de fevereiro.

No dia 7 pela manhã, depois das despedidas, partiu com sua augusta Consorte para o Sul, a bordo dos navios que os conduziram a esta capital, tocando primeiramente em Guaraparí, onde D. Pedro II desembarcou para uma ligeira visita à vila, onde deixou a importância de Cr\$ 300,00 para os reparos de que necessitava a Matriz daquela vila.

De Guaraparí partiu a comitiva com destino a Benevente, onde desembarcou com Sua Majestade a Imperatriz, visitando a casa da Câmara, a Igreja e os arredores da vila. Em Benevente pernottaram os augustos monarcas, tendo Sua Majestade o Imperador deixado a importância de Cr\$ 400,00 para os reparos da igreja local.

No dia 8 pela manhã, depois de assistirem à missa, partiram com destino à vila do Itapemirim, onde desembarcaram às três horas da tarde, de baixo de estrepitosa manifestação popular, sendo recebidos pela Câmara Municipal, Dr. Lima e Castro — Juiz de Direito, Dr. Campos Melo — Juiz Municipal, Coronel João Nepomuceno Gomes Bitencourt — comandante superior da Guarda Nacional, e mais autoridades e pessoas gradas daquela vila, estando atapetadas as ruas por onde transitaram S.S.M.M., e ornamentada, com esmero e luxo, a casa para a recepção de tão altos personagens.

Às quatro horas desse mesmo dia, partiu D. Pedro II a cavalo, acompanhado do Presidente da Província, de grande comitiva, e do diretor da Colônia do Rio Novo, Major Caetano Dias da Silva, para visitar aquela colônia, onde foram recebidos por grande número de colonos, que prestaram aos augustos visitantes expressivas homenagens.

No dia seguinte, bem cedo, regressou a comitiva ao Itapemirim, e às quatro horas da tarde, depois das despedidas, partiram S.S.M.M., a bordo do APA, com destino à corte.

Reconheço que fui um tanto longo nesta exposição. Mas, senhores, contando com a vossa benevolência, quiz aproveitar a oportunidade da coincidência do meu ingresso nesta casa com a data em que se comemora o aniversário de nascimento de D. Pedro II, para falar-vos da visita de Sua Majestade ao Espírito Santo.

Antes de encerrar a minha oração, desejo agradecer a honrosa distinção com que me cumularam os membros desta casa, elegendo-me para o seu quadro social, e, neste momento, extremamente solene para a minha obscura pessoa, prometo unicamente uma coisa: — Trabalhar com afinco e devotamento para a grandeza cada vez maior do Espírito Santo e do Brasil,

DOMINGOS MARTINS

Discurso de abertura da sessão solene de 12 de junho de 1944, proferido pelo presidente do Instituto, Dr. Arthur Lourenço de Araujo Primo.

Exmo. Sr. Interventor Federal; Exmo. Sr. Vice-Presidente do Tribunal de Apelação; Exmo. Sr. Presidente do Conselho Administrativo; Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano; Dignas autoridades; Senhoras; Senhores:

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo cumpre, mais uma vez, disposição estatutária imperativa, hoje solenizando o 28.º aniversário de sua instalação.

Instituição das mais nobres, vem ela se mantendo animada pela dedicação de uns poucos amantes das coisas do passado, os quais as têm como lição para o presente. Foi considerada de utilidade pública pelo Decreto Legislativo Federal n.º 4.205, de 9 de dezembro de 1920, e o havia sido pela Lei Estadual n.º 1.145, de 13 de dezembro de 1917.

O Estado, ainda por lei, que foi posta em execução, doou-lhe para sede uma casa, e é empenho da associação que essa casa possa ser um dia chamada, sem deslustre, "Casa do Espírito Santo", como tabernáculo para as veneráveis tradições dêste bem fadado torrão. Serão aplicados, então, de modo condigno e eficiente, os seguintes meios que a lei básica lhe indica, além de outros, para a consecução do seu objetivo: coligir, conservar e classificar livros, documentos, cartas geográficas e tudo o mais que possa fornecer elementos de informação, constituindo para isso uma biblioteca, um arquivo e um museu.

Modestamente, vem êste sodalício trabalhando, no desempenho da missão patriótica que lhe incumbe, e assim foi o ano passado em que se realizaram com regularidade as sessões, nas quais foram tratados assuntos interessantes, tendo sido comemorativas algumas delas, e mais um número da "Revista" pôde ser publicado. O ilustre e devotado Secretário Geral dirá, especificadamente, o que se fez.

O Instituto perdeu dois dos seus sócios: um efetivo e outro correspondente. O ilustrado Orador lhes traçará o panegírico.

O dia 12 de junho não recorda só a fundação dêste grêmio científico-literário; é, também, a data, que quando se resolveu aquela fundação foi evocada, do arcabuzamento, em 1817, do espírito-santense Domingos José Martins, assim sacrificado por haver chefiado a revolução que, nêsse ano, irrompera em Pernambuco, com caráter republicano, pretendendo a libertação do Brasil do domínio português. E ficou o herói sendo patrono desta sociedade.

Para o grande mártir, teve o General Barbosa Lima expressões as mais elevadas, em várias passagens, na conferência que pronunciou perante o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por ocasião da comemoração do centenário do movimento de 1817. E' assim que, quando aludiu aos preparativos da revolução, disse: "agremiava e organizava em dispendioso proselitismo, viajando e conspirando, o enérgico e abnegado Domingos José Martins". Narrando um episódio da vida do Governador Provisório, de que fizeram parte Domingos Martins, pelo comércio, e José Luiz de Mendonça como representante da magistratura, escreveu: "Por sua vez, José Luiz de Mendonça lembrou-se de propôr em Conselho que se levantasse de novo a Bandeira Real e que se remetesse ao Rei, por mão de Caetano Pinto Montenegro, um submisso memorial, protestando-se por ora fidelidade ao Monarca. Nessa conjuntura, mais uma vez acentuou-se a individualidade inconfundível de Domingos Martins, reagindo com a clarividência e energia de um Danton contra a perigosa deliquescência do adesista tíbio, no que ia sendo perigosamente sobreexcedido pelo feroz Pedroso, que pretendeu penetrar na sala do Conselho para castigar um desfalecimento que lhe parecia uma traição. Daí resultou que se redigisse um documento destinado a larga vulgarização, formulado pelo proprio José Luiz, sob a denominação de Preciso, que seria a síntese das exprobações que motivaram a insurreição e o programa político da situação que surgia. Esse Preciso terminava expressivamente: "Viva a Pátria. Vivam os Patriotas e acabe para sempre a tirania real". No final da conferência, depois de descrever o suplício dos condenados, segundo Tollenare, bordou Barbosa Lima esta sublime referência ao nosso excelso patrono: "Se a República foi com a Independência a formosa realidade, — de um dia que tivesse sido, — voltar com a Pátria a recair no abominado cativo de que a libertára, era para Domingos Martins, como para o padre João Ribeiro, inconcebível horror... Bemvinda sentença, a que o amortalhou na bandeira do arco-íris. No tálamo conjugal não haviam murchado ainda as rosas de auspicioso noivado. O esposo alvoroçado pela doce reminiscência de castas alegrias na plenitude de recente amor correspondido, sucumbia na "mágoa sem remédio" da sua inconsolável viuvez cívica. Nos seus lábios morava eterno o travo do desespéro. O Patriota bendizia a morte que o descativava de oprobrioso viver. O esposo soluçava o supremo adeus e alava-se à Imortalidade envolto no pavilhão do arco-íris".

Simboliza o imortal espírito-santense mais um surto para a emancipação da terra brasileira, com a instituição da república em 1817, — república, como disse alguém, que viveu a vida das crisálidas, mas demonstrou que a semente plantada por Tiradentes já conseguia germinar.

Cinco anos mais tarde, se converteu em realidade a ardente aspiração: fez-se a Independência. E para sempre! Fez-se sem a república, que, com a progressão das idéias e do tempo, foi enfim proclamada.

* * *

Discurso proferido pelo Prof. Nelson Abel de Almeida em 12 — 6 — 944.

Meus senhores:

Mais uma vez, e esta não será a última, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito-Santo, reúne-se em, solêne assembléia, para a rememoração de sua data máxima — 12 de Junho — data essa que não é, sómente do Instituto, mas é, também uma efeméride, eminentemente, nacional e

dela, nós os capichabas, quer os aqui nascidos, quer os que elegeram o Espírito-Santo para a sua terra de adoção, dessa data, nós, os capichabas, nos sentimos, justamente, envaidecidos e orgulhosos.

E nesse dia histórico, nesse dia em que, como um bravo e como um forte, Domingos José Martins, comandou, enérgico e resolutivo, o seu arcabuzamento, ao pelotão de D. João VI, nesse dia histórico, em que o chefe supremo da Revolução Republicana de 1817, tornou-se um herói nacional, por direito de conquista, nada se deveria fazer para perturbar a grandiosidade desta magna sessão, nenhuma nuvem deveria toldar o brilhantismo desta hora de evocação; neste instante magnífico, esta tribuna que já experimentou os écos de vozes autorizadas como a de Mario Aristides Freire e de inúmeros outros, esta tribuna que já vibrou ante a eloquência de Elpidio Pimentel, de Alarico de Freitas, de Manoel Lopes Pimenta e de tantos outros, neste instante magnífico esta tribuna, que já se exalçara, com os gigantes da oratória espírito-santense, às culminâncias do Himaláia, está sendo exalçada às profundezas do vale do Gor (se é que, também neste sentido, pôde ser empregado o verbo exalçar), por quem não está, realmente, à altura de ser o orador oficial desta Casa, que é a guarda fiel e, sempre alerta, das tradições mais queridas aos filhos do Espírito-Santo.

E só em consequência de uma escólha, onde se ressalta a bondade dos meus eminentes colégas do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito-Santo, é que se deve a minha presença aqui, nesta augusta tribuna, que eu quizera poder elevar aos esplendores de um púlpito.

Eleito orador oficial dêste Instituto, em substituição ao nosso sempre lembrado e eminente consócio, Dezembargador Celso Calmon Nogueira da Gama, disposições estatutárias cometem-me a árdua tarefa, demasiadamente pesada para mim, qual seja a de fazer, nesta sessão, o elogio dos sócios falecidos durante o ano.

Culpa não me cabe, pois, de aqui me achar, com tarefa de tamanho vulto sobre os ombros.

Empreenderei, assim, o trabalho sem deixar de ter, bem viva, no meu pensamento, aquela assertiva lapidar do saudoso espírito-santense Arquimino Mattos, pronunciada, em 12 de Junho de 1943, ao passar a Presidência desta Casa a Celso Calmon, afirmativa que ora repito, para vós: "Dentro das paredes da nossa casa não têm tido acolhida as paixões políticas que dividem os homens e obscurecem o julgamento do historiador".

* * *

Meus senhores:

Não quero deixar sem um leve reparo a disposição estatutária que impõe, ao orador oficial do Instituto, a obrigação de fazer, nesta assembléa, o elogio dos sócios falecidos durante o ano. Não discuto se tal dispositivo é bom ou máu, se está certo ou errado, porque não compreendo como podem, historiadores ou presumíveis historiadores, analisar vidas de sócios falecidos esquecendo-se que:

- a) — eles foram homens e, portanto, devem ter e têm as virtudes e os defeitos humanos;
- b) — muito cêdo é ainda para se julgar da influência, boa ou má, que os sócios desta Casa, falecidos no ano que passou, tiveram no panorama histórico e político do Espírito Santo.

Examinando êsse dispositivo tenho a impressão de que se objetiva, com êle, recordar, nesta hora, os consócios que, parte integrante dêste grô-

mio, nem por terem deixado de existir materialmente, continuam (e isso parece um paradoxo) a integrar esta Casa, guarda avançada da História e da Geografia capichabas, porque êles, os sócios falecidos têm, de agora para diante, os seus nomes inscritos nessa mesma História que êles ajudaram a escrever e da qual foram êles, não resta dúvida, células ativas e eficientes, tanto mais que aqui “falamos sempre com o emprêgo da primeira pessoa do plural, não há aqui o — EU — mas por força dos nossos costumes — o NÓS — porque simplesmente, mas devotadamente, somos aqui o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO”.

Examinando êsse dispositivo, sinto a impressão de que êle é uma reminiscência histórica do culto dos mortos, que, por certo, nasceu no Egito e chegou até nós; analisando essa disposição estatutária vejo que ela deve encontrar a sua gênese lá naquela antiga lei de Solon, que proibia dizer mal dos mortos. E o sábio legislador ateniense entendia, e com razão, que “é um dever religioso e belo considerar os mortos como sagrados: a justiça manda respeitar a memória dos que já não existem; a propria política não quere que os ódios sejam imortais”.

E é acertado o conceito de um grande brasileiro — Fernando Magalhães — quando afirma que “os que guardam o culto dos desaparecidos sentem-nos ao seu lado, palpantes e revividos”.

Nêste Instituto, palmilhando a História da terra capichaba, nós vivemos uma época ímpar do Brasil, nós sentimos que não há solução de continuidade, entre o passado e o presente, como não haverá entre o presente e o futuro.

E sentimos, nesta hora amarga para a humanidade, uma sensação de relativo bem estar, porque somos levados a concluir que êste nosso culto ao passado espírito-santense, encontra êco e incentivo no capichaba, que, à frente dos destinos do Espírito Santo, tem sabido fazer pulsar os nossos corações, em um mesmo ritmo de entusiasmo, tem sido um amigo do povo espírito-santense, que é o seu próprio povo, e êste capichaba é o chefe querido para quem todos, desde o operário humilde ao jovem estudante, desde o pequeno funcionário ao mais graduado, só têm simpatias, todos os que aqui vivem, enfim, sentem-se envaidecidos e orgulhosos dêste chefe, lídimo capichaba que, em torno de sua pessoa, tem sabido reunir todos os que de boa vontade querem, realmente, a grandeza do Espírito-Santo.

E sentimos todos, nesta hora de apreensões e de gerais sofrimentos, de expectativas dolorosas e de surpresas inesperadas, sentimos todos que o Interventor Jones dos Santos Neves, seguindo um caminho rigorosamente reto, tudo tem feito para minorar o sofrimento de seu povo e tem também realizado esforços sobre-humanos para que não haja, no Espírito-Santo, gregos e troianos, mas, única e exclusivamente, espírito-santenses, única e exclusivamente, capichabas e brasileiros desejosos de bem servir ao Espírito-Santo e ao Brasil.

E é no culto ao passado que S. Excia. estimula, é na reedição das obras de escritores do Espírito-Santo antigo, na reconstrução e conservação dos nossos valiosos e legendários monumentos que temos a prova incontestada de que uma outra aurora, mais rútila, mais agasalhante, está se irradiando em todos os quadrantes da glêba de Domingos Martins.

* * *

Minhas senhoras; Meus senhores:

Nesta mágnã sessão o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo lastima e deplora o desaparecimento de dois de seus ilustres mem-

bras — o Dr. João Claudio Carneiro Campello e o Desembargador Celso Calmon Nogueira da Gama.

Dêsses ilustres consócios devo eu vos falar.

O Dr. João Claudio Carneiro Campello era natural do Estado de Pernambuco, esse bravo "Leão do Norte", que viu a admirável Revolução Republicana de 1817.

Muito moço ainda, veio o Dr. João Claudio (como era ele mais conhecido) para o nosso Estado e, aqui, passou a integrar o quadro do Ministério Público Estadual, exercendo a Promotoria em várias comarcas, dentre as quais a de S. Mateus.

João Claudio, entretanto, sentia-se atraído pela magistratura e não demorou muito passou ele a fazer parte da justiça espírito-santense.

As comarcas de Ibirassú, Colatina e da Capital, conheceram a justiça e a humanidade de suas decisões; foi João Claudio um juiz expedito, rápido. Nas comarcas do interior despachava desde cedo; estudava os feitos pendentes, segundo atestam os seus íntimos, deitado em uma rede. Era ancestralidade nordestina a dominar-lhe o corpo e o espírito.

Temperamento vibrátil, excessivamente nervoso, irritadiço, João Claudio, de quando em quando, explodia, mas aquela vibratibilidade, aqueles momentos explosivos e de irritação, não conseguiram jamais esconder o coração boníssimo que ele possuía, o espírito generoso e sempre pronto a desculpar um erro, a corrigir uma injustiça.

E, por certo, sua conformação constitucional o levou, cedo demais, à aposentadoria e, aposentado, transferiu-se para a Capital da República. Lá era João Claudio, invariavelmente, encontrado pelos capichabas; e indagando sempre do nosso Estado, das nossas coisas.

Ainda no ano passado, remeteu ele à Academia Espírito-Santense de Letras um opúsculo que publicara, intitulado — IN MEMORIAM — em homenagem ao seu irmão, o grande teatrólogo e escritor pernambucano Carneiro Campello.

Mas, estava escrito, um temperamento como o de João Claudio não esperaria pela morte; antes correria ao seu encontro.

E um salto no espaço, uma queda seca no asfalto marcou-lhe o fim.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito-Santo, deplorando-lhe o gesto, não recrimina.

Deus sabe o que faz.

* * *

Mas, senhores, o ano social da Casa do Espírito-Santo, que hoje termina, e quando hoje outro se inicia, não ficou marcado apenas com a perda de João Claudio Carneiro Campello.

Ainda estamos, também aturdidos, ante o desaparecimento de Celso Calmon Nogueira da Gama.

Ao fazer, neste momento augusto, o elogio do eminente capichaba, há pouco falecido, que, fique bem claro, que não vai o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito-Santo julgá-lo mas, e isto sim, integrá-lo, em definitivo, na História do Espírito-Santo, e dar-lhe o lugar de destaque, a que ele tem direito, nesta Casa, da qual foi ele presidente efetivo no biênio 1941-1943.

Celso Calmon Nogueira da Gama nasceu, neste Estado, na Vila de Linhares, em 22 de Outubro de 1883, há sessenta e um anos portanto.

Foram seus pais o Coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama e a Senhora D.^{ca} Domitilla de Alvarenga Nogueira da Gama.

Neste Estado e, mais tarde, no Colégio São Vicente de Paulo, no Rio de Janeiro, fez o seu curso primário; o curso de humanidades fê-lo no

Colégio Salesiano, de Niterói, no Seminário do Rio Comprido e no Colégio Alfredo Gomes, ambos do Rio de Janeiro. Como se vê, o seu venerando pai e não menos ilustre espírito-santense, timbrava em lhe dar, não sómente a formação intelectual, mas também a espiritual.

Terminado o curso de humanidades, Celso Calmon ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, bacharelando-se, afinal, em Ciências Jurídicas e Sociais. E agora, ei-lo de rumo para a terra natal; e, em nela chegando, passou a fazer parte do Ministério Público espírito-santense, exercendo as funções de Promotor Público da Comarca de Itapemirim, de 1907 a 1910.

Por essa época, transferiu-se ele para a Capital da República e onde abriu a sua banca de advogado e, em 1917, vamos encontrá-lo no Estado de Goiás, na magistratura daquela unidade brasileira, até dezembro de 1930. Em Goiás, Celso Calmon exerceu a judicatura nas Comarcas de Pouso Alto e de Santa Rita de Paranaíba, desde janeiro de 1917 a julho de 1925, quando passou a exercer as funções de Chefe de Polícia, do referido Estado, cargo em que permaneceu até Julho de 1927.

Foi como Chefe de Polícia do Estado de Goiás que Celso Calmon publicou o seu livro — *LIGEIRAS NOTAS FORENSES*, — obra essa que “contem todo o processo do inventário, com o respectivo formulário, o inquérito policial com tôdas as diligências e o respectivo formulário, jurisprudência e um apêndice contendo os seguintes decretos: n.º 39, de 6 de Janeiro de 1892, n.º 4.780, de 27 de Dezembro de 1923, n.º 720, de 5 de Setembro de 1890, o Regimento de Custas”, legislação essa, na época, de interesse no Estado de Goiás.

Obra, cuja finalidade era a de guiar as autoridades policiais goianas, ela representa também o devotamento que sempre mereceu, a causa pública, de Celso Calmon. E ele não esqueceu, nêsse seu primeiro livro, a terra que lhe serviu de berço. Faz-lhe essa dedicatória: — “Ao Espírito-Santo meu estremecido Estado homenagem mui afetuosa do Autor”.

Em Julho de 1927, o ilustre espírito-santense estava desembargador do Superior Tribunal de Justiça de Goiás, cargo em que permaneceria até dezembro de 1930.

E, com o movimento revolucionário de 30, Celso Calmon regressa ao seu Estado; aqui é, novamente, advogado; é juiz substituto e o serviço público do Espírito Santo vai possuí-lo, de agora por diante, até 22 de Janeiro de 1943, quando encerrou, definitivamente, a sua vida pública.

Assim, de 1934 a 1935 foi Chefe de Polícia; de 1935 a Janeiro de 1936, Procurador Geral do Estado; de 15 de Janeiro de 1936 a 22 de Janeiro de 1943, Secretário do Interior e Justiça; ainda em virtude de Decreto do Exmo. Snr. Presidente Getulio Vargas era o substituto do Interventor Federal e, por vezes, chegou mesmo a ocupar a mais alta magistratura de sua terra, como chefe do Executivo.

Em Goiás, Celso Calmon foi professor de Direito, sendo ali catedrático de Direito Administrativo, da Faculdade de Direito daquele Estado.

Aqui, em o Espírito-Santo, não foi um desinteressado do nosso ensino superior e são, sobejamente conhecidos de todos, os esforços que dispendeu para oficializar a nossa Faculdade de Direito, o que afinal conseguiu. E dela foi ele diretor, em 1935. Nela, era ele professor catedrático de Direito Público Internacional.

Quando o Interventor Jones dos Santos Neves passou a dirigir os destinos do Espírito-Santo apelou para ele, para Celso Calmon, a fim de que pudesse o seu govêrno contar com a colaboração do ilustre espírito-santense, e convidou-o para ocupar a elevada função de Procurador Geral do Estado.

E, do depoimento público de um seu filho — Celso Calmon Nogueira da Gama Filho — ponde o Espírito-Santo ficar sabendo porque, desta vez, Celso Calmon não iria, mais uma vez, prestar à sua terra a sua colaboração, sempre eficiente e sempre lúcida.

Assim é que, em "Carta Aberta ao Snr. Alencar Marinho", inserta na "A Tribuna", jornal que se edita nesta Capital, em 28 de maio de 1944, diz Celso Calmon Filho: — "O ilustre amigo (Alencar Marinho) referiu-se no seu bondoso artigo sobre o convite que fizera o atual Interventor — Sua Excelência o Senhor Dr. Jones dos Santos Neves, ao meu querido Pai, oferecendo-lhe a elevada função de Procurador Geral do Estado, cargo esse que já havia exercido de maio de 1935 a janeiro de 1936, época, também em que trabalhou pela nossa Faculdade de Direito, obtendo a sua oficialização. Entretanto, o seu estado de saúde sensivelmente abatido, pois há sete anos, ininterruptos, vinha investido das atribuladas funções de Secretário do Interior e Justiça, não lhe permitia, por mais tempo, continuar a sua vida pública"; e só mesmo o seu organismo abalado lhe impediria de prestar, ao seu Estado, mais um serviço.

Celso Calmon foi, assim, um devotado da causa pública. E enquanto o seu organismo não baqueou serviu ao Espírito-Santo e ao Brasil.

Cultor do Direito, Celso Calmon deixou vários trabalhos esparsos e dentre esses, um intitulado — PARECERES INEDITOS — referente à instituição do pecúlio, publicado pela a "GAZETA JUDICIÁRIA", da Capital da República e, desse trabalho, disse o Ministro Pedro Joaquim dos Santos ser dito trabalho, sobre pecúlio, um dos melhores que ele já havia lido.

Era, Celso Calmon, além de membro efetivo deste Instituto, também sócio correspondente do Instituto Brasileiro de Cultura, do Rio de Janeiro e do Instituto Heráldico e Genealógico do Estado de São Paulo.

Em nossa Casa, Celso Calmon foi eleito 1.º Vice-Presidente, em 22 de Setembro de 1939, empossando-se nesse cargo em 26 do mesmo mês e ano e passando a exercer a presidência deste Instituto, por se ter ausentado desta Capital o seu presidente efetivo, o Dr. Arquimimo Mattos.

Em 1941, Celso Calmon é eleito presidente desta Casa, para o biênio de 1941-1943.

E, naquêl ano, tomando posse de seu cargo, em discurso cheio de vibração, disse ele, a todos nós: — "Trabalhar com afinco, com alma, dando o que as minhas forças comportarem para prosseguir na magnífica jornada iniciada há meio quarto de século pelo bem da nossa história e da nossa geografia, — será o lema que desde este momento vos prometo observar. Cultuar o passado como se tem feito até agora, reviver a memória dos que se foram, deixando-nos o legado precioso de suas pesquisas e locubrações em favor dos alicerces básicos da nossa história e da nossa geografia, para amanhã construirmos sobre essas bases a verdadeira história e geografia da grande terra Capichaba — será a nossa invariável diretriz".

E era assim Celso Calmon, acima de tudo colocava o Espírito-Santo.

O historiador do futuro poderá, bem aquilatar, o quanto ele influíu no cenário político e histórico de sua terra.

Na sua vida pública ele há de ter praticado êrros, não resta dúvida. E qual o homem público que, no Brasil, não os praticou e não os praticará?

Mas Celso Calmon, capichaba da velha guarda, tinha a coragem das atitudes. Sabia querer.

Morto, o seu espírito deve ter sentido o quanto o Espírito-Santo lamentou e lamenta, ainda, a sua morte, a perda que sofreu.

O Govêrno do Estado, na pessoa de Sua Excelência, o Interventor Jones dos Santos Neves, comparecendo ao enterro do nosso ilustre consócio, deu,

de público, o testemunho do valor do capichaba que deixava de pertencer ao presente do Espírito Santo, penetrando na sua história, passando a viver para os que hão de vir.

Na terra capichaba dorme o sono último aquêle que, em vida, foi Celso Calmon Nogueira da Gama e recolhendo os seus restos mortais, a gléba espírito-santense sente que Celso Calmon foi um filho que a orgulhou, que a enobreceu e se envaidece dêle.

Nós, os do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito-Santo, continuaremos a ver nele um marco destacado, na vida política do Espírito-Santo e do Brasil e continuaremos a admirá-lo, pois que não nos cabe, agora, indagar qual a sua influência na época que todos estamos vivendo.

Isso, o historiador do futuro o fará; a nós basta-nos o consôlo de termos sido seus contemporaneos.

* * *

COMEMORAÇÕES DE ONTEM NO INSTITUTO HISTÓRICO

No salão principal da palácio da extinta Assembléa Legislativa realizou-se, ontem, a sessão solêne aniversária do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, também comemorativa de sua máгна data, que revive a personalidade heróica do espiritosantense Domingos José Martins, chefe da Revolução Pernambucana de 1817.

Estavam presentes o Sr. Interventor Federal, Secretarios de Estado, o Sr. Bispo Diocesano, todos os sócios do Instituto, altas autoridades estaduais, federais, civis e militares e enorme assistência escolhida que enchia todo o vasto e formoso salão.

O Sr. Presidente, Dr. Araujo Primo, abriu a sessão, discorrendo sobre a sua finalidade e em seguida o Sr. Secretário Geral enumerou com oportunos e luminosos comentários as diversas tarefas do Instituto durante o ano findo, que todos têm merecido o valioso apóio do Govérno, sublinhando especialmente o encargo de escrever a História do Espírito Santo, já iniciada pelo sócio Dr. Mario Aristides Freire, atual Secretário do Interior e Justiça. Enumerou também diversas iniciativas científicas e artísticas de nosso meio, que mereceram o apláuso do Instituto.

Tomou então a palavra o Dr. Nelson Abel de Almeida, orador oficial, para fazer o panegírico dos sócios falecidos, Dr. João Claudio Campêlo e Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama. De ambos traçou o perfil de magistrados, cuja vida fôra de real proveito para a civilização do Espírito Santo.

Agradecendo o comparecimento do Sr. Interventor Santos Neves, das altas autoridades e da escolhida e numerosa assistência, o Sr. Presidente Dr. Araujo Primo convidou a todos os presentes que o acompanhassem até ao monumento de Domingos Martins, onde já se encontrava uma tropa escoteira guardando a proximidade.

O Sr. Interventor Federal depositou no sólio do monumento uma bellissima coróa de flores naturais, e todos ouviram com o máximo interêsse o discurso proferido pelo Dr. Arnulpho Matos sobre a projeção heróica de Domingos Martins na história épica da nacionalidade.

A Escola Normal Pedro II, o Colégio do Espírito Santo e demais institutos de ensino, foram representados por seus respectivos diretores, professores, córpo administrativo e comissões de alunos uniformizados.

SEMANA DA PÁTRIA

Palavras do presidente do Instituto na abertura da sessão solene de 4 de setembro de 1944:

“São intúitos da sessão solene que se vai realizar, em um dos dias da Semana da Pátria — prestar culto aos antepassados ilustres que nos legaram um Brasil livre e render homenagem às personalidades que, a seguir, o têm feito grande e bem considerado entre as outras nações, não só da América como de todo o mundo.

Fazendo parte agora de uma bemaventurada aliança, estamos pugnando pela vitória da justiça, pela libertação dos povos oprimidos por bárbaros tiranos e pela nossa própria liberdade ameaçada. Assim sendo, devemos elevar os corações e sentir-nos orgulhosos pelo denodo dos soldados da nossa patriótica força expedicionária, que, lutando por tão nobres ideais, saberão conquistar a glória, e voltarão, com a proteção da Divina Providência, enaltecidos, para os seus lares.

E sejam os nossos votos que venha afinal uma paz perene, pela qual reine, estável e incoercível, a fraternidade internacional.

Peço ao Exmo. Sr. Interventor Federal que nos dê a honra de presidir a sessão.

* * *

Discurso proferido pelo Dr. Nelson Abel de Almeida, orador oficial do Instituto, em 4-9-1944, na “Semana da Pátria”.

Meus Senhores:

E' com uma intensa e incontida emoção que, nesta hora, assumo esta tribuna para, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, e em colaboração com os que, com tanto patriotismo, ora dirigem os desígnios capichabas, é com uma emoção intensa e incontida que, nesta hora augusta e plena de alvízaras, para o Brasil, assumo esta tribuna e, em nome da “Casa do Espírito-Santo”, eu venho dizer, ao Brasil e aos brasileiros, neste Setembro de 1944, como estamos jubilosos pelo transcurso desta Semana, festejada em todo o país, como a “Semana da Pátria”.

E, não era possível ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito-Santo deixar de realizar essa sessão solene, numa homenagem festiva ao Brasil do passado, do presente e do futuro, e não era possível que, ao lado de tôdas as empolgantes festividades, a que hemos assistido, em nossa Capital, nesta semana augusta, se não viesse, também, a presença desta Casa,

com o calor de sua solidariedade e o fervor de sua préce patriótica porque, quando neste Instituto cultuamos a geografia e a história da gléba de Domingos Martins, o fazemos sempre, de olhos postos no mapa do Brasil e de espírito voltado para as tradições gloriosas desta Pátria, que se orgulha de ter assistido ao caldeamento do português, do indígena e do africano, que se orgulha de ter formado este povo varonil, que é o povo brasileiro.

Mas, Senhores, é ao ensejo da "Semana da Pátria" que nos permitimos de evocar e glorificar o passado, é ao ensejo da "Semana da Pátria" que nos permitimos meditar sobre o futuro dádioso que nos está reservado e, é, ao ensejo desta mesma semana que sentimos confiança, em nós mesmos, no enfrentar o inimigo que nos ameaça, no presente, seja ele quem for, venha ele de onde vier.

E então, ao ensejo da "Semana da Pátria", voltamos ao passado e nos vamos abeirar daquele riacho, à margem do qual aquêle príncipe de atitudes tão desconexas e tão incompreendidas, proclamou a nossa maioridade política; e então, pensamos, admirados, como chegámos ao Sete de Setembro de 1822; e então, num recolhimento, muito íntimo, de olhos fechados e ouvidos atentos, começamos a deixar que a nossa imaginação trabalhe; e formam-se, afinal, as imagens, e fixam-se afinal os quadros e concretiza-se tôda a história desta nacionalidade pujante; e, de início, é uma sombra misteriosa, que se transforma no Monte Pascoal; é o descobrimento de Cabral, é o nosso nascer para a civilização.

E depois? . . .

Depois, é aquela certidão de batismo, que é a carta de Caminha, o primeiro que acreditou em nosso destino prodigioso e o proclamou a Portugal e ao Mundo; depois é o reconhecimento e é o drâma das capitánias hereditárias, com todo o seu heroísmo, é o luso porfiando por dominar, em definitivo, o íncola e porfiando, para se tornar, em definitivo, senhor único e incontestado da terra recém-descoberta.

E, nessa porfia, nessa luta cansada, as terras virgens, do Brasil, extremeceram ao trour dos canhões portugueses contra os francêses, de Villegaignon, e nesse batalhar as terras virgens, do Brasil, ouviram os écros dos gritos rouquenhos, da indiada, contra o invasor gaulês, e nesse primeiro batalhar as terras virgens do Brasil foram regadas, não há dúvida, com o sangue de brasileiros, já aqui nascidos — os mamelucos; e esse primeiro batismo fôra como que a diretriz que o passado nos iria traçar para o futuro e que é a diretriz de defendermos o Brasil, seja contra quem for, sejam quais forem as circunstâncias.

E os marcos da nacionalidade começam a surgir, começam a avultar. Aqui, ergue-se Vasco Fernandes Coutinho; ali, Diogo Alvares Correia; mais além, Tibiriçá e Arariboia.

Para todos êsses, as terras não eram de Portugal, eram do Brasil; morriam e combatiam, em defesa da terra, em que seus filhos haviam nascido. Era o sentimento nativista a se esboçar agora, para se afirmar, mais tarde, em Pernambuco, naquela luta contra o holandês invasor, naquela epopéia admirável — a Insurreição Pernambucana — da qual Guararapes, Taborda, o Arraial de Bom Jesus, Recife, Olinda e tantos outros, são os marcos territoriais, enquanto Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Filipe Camarão, D.^a Clara Camarão, João Fernandes Vieira, Matias de Albuquerque e outros ainda, viriam a ser os marcos espirituais da nacionalidade.

Agora, é indubitável, já a noção de Pátria existe, no homem brasileiro, no homem do Brasil; agora, já há, no coração do homem, aqui nascido, o sentimento da aventura e da audácia, a ância de enriquecimento e faz-se a penetração para o interior, e recua-se o meridiano de Tordesilhas, e o Brasil encosta nos Andes e tenta divisar o Pacífico.

Nô sul, éle, o Brasil, vai ao Rio da Prata; de dois milhões e quinhentos

mil quilômetros quadrados de área, chegamos a, quase, nove milhões de quilômetros quadrados.

Na epopéia bandeirantista imortalizam-se Fernão Dias Paes Leme, Manoel Borba Gato, Bartolomeu Bueno, o "Anhangüera", Antonio Dias Adorno, Diogo Martins Cão, Francisco de Caldas e muitos outros; na epopéia bandeirantista o Rio Doce e o São Francisco são revelados, até às suas cabeceiras, o Tieté é percorrido e também se vai até Goiás e Mato Grosso.

E, para tudo isso, quanto sofrimento! E, de permeio com tudo isso, a obra admirável e sempre admirada de Anchieta, Nobrega, de Afonso Braz e Aspilcueta Navarro e de tantos outros jesuítas, vai plasmando o sentimento espiritual e, profundamente, cristão da futura nacionalidade.

E, se nos séculos 16 e 17, são cravados, no território brasileiro, os alicerces da nacionalidade, nos séculos 18 e 19, essa mesma nacionalidade, já tem consciência de si mesma, já luta por se emancipar.

Surgem, então, os grandes movimentos de revolta contra a metrópole.

Bernardo Vieira de Melo, em Olinda, em 1710, pensa em uma república, semelhante à de Veneza, mas vai morrer encarcerado, na torre de S. Julião, em Portugal.

Mais tarde é Felipe dos Santos quem, com sentimentos de rebeldia, contra os portugueses, vai tingir, com o seu sangue, as ruas coloniais de Vila Rica.

E, em 1789, teríamos o movimento, mais conciente, pela independência do Brasil, com Tiradentes, Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Claudio Manoel da Costa, José Joaquim da Maia, Dr. José Alvares Maciel, Francisco Paula de Freire Andrade e muitos outros ainda.

Foi a Inconfidência Mineira, foi ela, dizem muitos, uma revolução de poetas; não, senhores, a Inconfidência Mineira foi uma revolução de idealistas, de homens que queriam uma pátria livre, foi uma revolução que, nas terras americanas, é ímpar porque ela representa um grito de alarme e de protesto que, contra a monarquia absoluta e contra o direito divino dos reis, aqui se deu.

E desta revolução, o Alferes Xavier é a figura destacada; e esta revolução firmou, para o Brasil e para os brasileiros, uma diretriz — qual seja a de combater, como ora o estamos fazendo, todos os regimes de opressão, de força e de tirania.

Tiradentes, na História do Brasil, é um marco assinalado; Tiradentes é também um símbolo, para todo o Brasileiro que nasce e quer viver e morrer livre.

* * *

Meus senhores:

E, assim, preparamos o advento da nossa maioria política. E o Brasil estremeceu, de norte a sul, com o grito de "INDEPENDENCIA OU MORTE", de Pedro I; as algêmas que se quebraram, naquêlê dia histórico; uma outra éra se iniciou, para nós.

Mas, naquêlê feito histórico, D. Pedro não estava só; êsse feito foi elaborado por José Bonifácio e por Gonçalves Lêdo; por José Clemente Pereira e por Antonio Carlos; por Feijó e por Antonio Pereira Rebouças; por Frei Francisco de Jesus Sampaio e por Soror Joana Angelica de Jesus; por José Joaquim de Lima e Silva e pela Imperatriz D.^a Leopoldina; por Domingos Martins e pelo Visconde de Cairú e por quantos outros ainda.

Na sua vida de nação independente, a partir de 1822, a nossa nacionalidade continuou a enriquecer o seu patrimônio espiritual e moral; e se vieram as alegrias e o prazer, vieram também a dor, o luto e o sofrimento.

D. Pedro, idealista, mas incompreendido de nosso povo e, também, não o compreendendo, leva-nos à Confederação do Equador e morrem patriotas do quilate de Frei Caneca, Tristão Araripe e do Padre Mororó.

Em 1831 é a abdicação seguida dum período regencial; neste avultam Feijó, Luiz Alves de Lima e Silva, Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos e quantos outros.

Todos querem construir a Pátria do futuro, todos preparam, para nós, os que haveríamos de vir, este Brasil prodigioso, que aí está:

E quanta luta para isso, porque as nacionalidades não são tranquilas; elas vivem e, vivendo, elas têm instantes de intenso prazer e têm instantes de grande sofrimento; hoje aplaudem, febrilmente, os seus grandes chefes; amanhã, também febrilmente, amam os aplaudidos de ontem, e à regência seguiu-se a maioridade de Pedro II, com um reinado de meio século.

Época agitada e de continuado progresso; época de muitas revoluções, como as de S. Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Maranhão, Baía, Alagoas, Pernambuco e, entretanto, jamais se abalou a unidade nacional.

E que nessas agitações, senhores, os homens divergiram, mas apenas em sua orientação política, porque em seus corações e em seus pensamentos, acima de tudo, colocavam o Brasil, e sempre o Brasil.

Depois é a Guerra do Paraguái. O Brasil não a provocou, mas repeliu, à altura, a agressão injusta.

E brasileiros cáem, pela Pátria, mas cáem brasileiros de tôdas as côres e de tôdas as classes sociais: e morrem, pelo Brasil, brancos, negros e mulatos; e, pelo Brasil, perdem as suas vidas ricos e pobres, nobres e plebeus, letrados e iletrados.

A "Retirada da Laguna" foi uma página de heroísmo escrita com o sangue de irmãos nossos e ela, não tenhamos dúvida, honra e enobrece a qualquer nacionalidade e, enquanto isso, a batalha de Riachuelo mostra, ao mundo de então, o valor, a ténpera de nossos marujos; e Itororó, Avahy, Curupaity, Tuiuti, Lomas Valentinas constituem provas cabais de que não voltámos e não voltaremos, jamais, as costas ao inimigo; a nossa entrada em Assunção é o atestado de que o brasileiro, vencedor de uma guerra, não saqueia, não investe os lares do inimigo, não se faz respeitar pelo terror; em suma, a vitória alcançada, nessa guerra, é um atestado vivo da inteireza moral do soldado brasileiro.

Abolindo a escravidão, discutiam, os nossos políticos da monarquia, as consequências que nos adviriam da abolição gradativa da escravidão e da abolição total e discutiam isso porque, na época, todo o trabalho nacional repousava sobre o braço do escravo.

E discutirem, êsses guias da nacionalidade, as consequências sociais e econômicas da extinção parcial ou total de uma instituição, como a escravidão, é uma coisa e serem êles apologistas dessa mesma instituição ou escravocratas é outra coisa muito diferente.

Hoje, distanciados, como estamos, do fato histórico — a Abolição dos Escravos — podemos afirmar que no Brasil não havia escravocratas.

E vimos nessa luta, profundamente social, como terçaram armas Ruy, Nabuco, Rio Branco, Lopes Trovão, Castro Alves; e o Brasil assistiu, orgulhoso e envaidecido, como o Exército Nacional — nosso legítimo padrão de glórias — se negou a perseguir aos escravos, que fugiam à condição de escravos.

Senhores:

Um dia o Brasil adormeceu monarquia e acordou República, mas a República, ainda jovem, julgou, desde logo, a Pedro II, quando, na mesma noite de 15 de Novembro de 1889, o Governador Provisório deu ciência ao nosso ex-monarca que tinha resolvido lhe fazer doação de cinco mil contos de réis para o seu estabelecimento, na Europa.

A recusa de Pedro II, em receber esta doação, mais o dignificou e, também, a doação que lhe fazia a República nascente era a demonstração de que, nem por mudar de forma de governo, o Brasil esquecia de que o Neto de Marco Aurelio havia ajudado a construir esta grandiosa Pátria; e ela se envaidecia de tê-lo como filho e de haver sido governada por êle, durante meio século.

Deodoro, Floriano, Quintino Bocaiuva, Campos Salles, Glicério, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Seabra, Benjamin Constant, Ruy, Solon Ribeiro e quantos mais, que fizeram a República, integram a legião admirável dos nunes tutelares da Pátria; a República tem sido agitada, mas a unidade brasileira está preservada.

De Deodoro ao insigne Presidente Vargas, todos os brasileiros que nos tem governado têm se mostrado dignos do Brasil; nesta pátria querida, senhores, podem mudar os governos, ela, entretanto, não muda e êsse é o exemplo que nos dá o ínclito Tamandaré, quando regressou da Europa, onde tinha ido acompanhar a família imperial e D. Pedro II, de quem era êle amigo. Diz-se que, ao saltar, de regresso ao Brasil, os companheiros de armas do velho Almirante cercaram-no e permaneceram mudos, num sentido respeito à sua tristeza e à sua dôr.

Mas Tamandaré, que tudo compreendeu, olha a todos, com firmeza, e exclama:

"A Pátria antes de tudo. O que está feito está feito. Cuidemos agora de trabalhar e engrandecer ainda mais o Brasil República".

E assim fazem todos os brasileiros, dignos dêste nome.

* * *

Meus senhores:

Já um notável escritor, o Sr. Viriato Correia, afirmou, em um instante de rara felicidade:

"Não há patrias físicas. Só existem patrias morais. Ninguém se ufana de um país pela imesidade territorial que êle possui, pela generosidade de seu clima, pela frescura de seus ceus, pela maravilha de suas terras. Isso é obra da natureza, que não nos pede licença para ser mesquinha ou fulgurante. O que nos desvanece é a tradição de glórias, são os feitos radiosos, é a radiosidade da história. Isso é que é obra humana. E' isso que, em cada região reservada pelo destino a cada povo, constitui a seiva nutridora do orgulho das almas, a labareda incendiante de patriotismo. Sem história não há patria. E a história não são unicamente os acontecimentos belicosos, o heroísmo da espada e o choque das batalhas.

História é a aventura no bom sentido, é a audácia, é o desenvolvimento da capacidade de trabalho, é a ascensão para a posteridade, é a bravura do labor, é o descortínio do futuro, é a inquietação fecunda da inteligência, é a realização.

O Brasil não é o mediterraneo doce do Amazonas com a gálhada líquida de seus tributários; não é a Mantiqueira, com a doçura de seus ares e culminância de seus picos. Nem os campos de Mato-Grosso, com a eterna opulencia de suas pastagens. Nem a Cachoeira de Paulo Afonso, com

o espetáculo milenar do fragor de suas águas. Nem o Corcovado. Nem o Pão de Açúcar. O Brasil é a catequese civilizadora dos jesuítas; a obra realizadora para a vastidão das suas fronteiras geográficas; a expulsão dos franceses, a expulsão dos holandeses. E' a cana de açúcar. São as bandeiras. E' o devastamento dos desertos e o esplendor aurífero do século XVIII. E' a riqueza pastoril. A Independência. O café. O trabalho livre. A República".

O Brasil, afirmamos nós, é todo esse território, do Atlântico aos Andes, do Chuy ao Orenôco, onde vive um povo que tem realizado uma obra espiritual e moral imperecível, onde vive um povo que, jamais, teve nem terá vocação para escravo; o Brasil, proclamamos nós, é o menino que corre, em nossas ruas, é o lavrador que lavra as nossas terras, é o estudante que pesquiza a nossa história e a nossa geografia; o Brasil é o jurista que protesta contra a opressão, é o médico que luta contra as endemias, é o professor que catequiza as inteligências; o Brasil é a mãe brasileira que vê o filho partir para o front e prefere sabê-lo morto, pela pátria, que vivo e manchado pela covardia; o Brasil é Ruy, pregando contra a neutralidade, é Osvaldo Cruz saneando o Rio de Janeiro, é Nilo Peçanha despertando o civismo nacional, é Osvaldo Aranha batendo-se pela democracia; o Brasil é o Exército Nacional, guarda indomável e nunca vencido de nossas fronteiras, é a Marinha Nacional, guarda avançada de nossos mares; o Brasil é o presidente Getúlio Vargas, erguendo a sua voz na América e declarando guerra aos povos que vivem para oprimir e só querem oprimir.

E é por tudo isso, senhores, que as comemorações da "Semana da Pátria", neste Setembro de 1944, têm uma característica moral bem assinalada.

Sempre soubemos e sempre sentimos que a Pátria brasileira, essa nossa Pátria era esse conjunto admirável de tecido imaculado, mas só neste ano de 1944, é que comemoramos a "Semana da Pátria", com uma estranha emoção e com um coração, cheio de ânsia.

E' que, neste ano de 1944, neste mesmo instante em que aqui estamos reunidos, lá nas terras européias, brasileiros como nós, irmãos nossos, que tiveram a felicidade de nascer nesta Pátria querida, lá nas terras da Europa, brasileiros como nós e irmãos nossos estão, de fuzil em punho, lutando por esta mesma e querida Pátria, lutando por esta história de quase quatro séculos e meio que, rapidamente, vos mostrei, lutando pelo nosso presente e lutando para o nosso futuro, lutando para o futuro de nossos filhos; e quantos, senhores, nesta hora já não terão morrido pelos ideais defendidos por Ruy, por Tiradentes, por Domingos Martins, pelo Padre Miguelinho e por Frei Caneca? e quantos, senhores, de nossos irmãos, a esta mesma hora, não mais tornarão a ver esse céu, tão azulado, que é o céu brasileiro, não mais tornarão a ver as planícies admiráveis do Brasil? e quantos não mais ouvirão o escahoar desordenado e enérgico das cachoeiras nacionais e não mais assistirão a corrida silenciosa e eterna dos nossos rios? e quantos, senhores, nesta mesma hora, já não mais voltarão a ver a clama das nossas vilas e o choro sentido de uma criança brasileira, o canto de felicidade de nossos passaros e o sorriso encantador da mulher brasileira? e quantos, a esta mesma hora, já não terão morrido nos campos europeus, com o pensamento último voltado para a Pátria, mas sem que houvessem tido, pela última vez, aquela acariciar tão suave e tão puro, como é o cariciar da mãe brasileira?

Mas, todos já se tornaram heróis deste Brasil prodigioso, que sempre os há-de glorificar.

E porque, senhores, os brasileiros de hoje estão se batendo pelo Brasil, estão morrendo pelo Brasil?

Porque o Brasil é a concretização de todos os nossos sonhos, de todos os nossos ideais; o Brasil é esta Pátria, a qual dedicamos uma semana de comemorações.

Porque o Brasil de hoje existe, como uma consequência natural do Brasil do passado e nós, os desta hora, queremos entregar aos nossos porvindouros o mesmo Brasil que recebemos dos nossos antepassados — um Brasil ativo, uma Pátria digna e sem mancha, uma Pátria que amando a paz, não desejando a guerra, teve, tem e sempre terá filhos que saberão defendê-la, porque o homem do Brasil não viverá em uma pátria desonrada.

E hoje, no Brasil, de norte a sul e de leste a oeste, todo brasileiro, digno deste nome, deve sentir inveja daqueles que estão combatendo nos campos europeus, pelos elevados ideais da Pátria; e hoje, no Brasil, de norte a sul, a mãe brasileira, com um filho na linha de frente, não se deixa invadir pelo desânimo, não tem desespero, não se desgrenha, não, porque ela — a mãe brasileira — fala ao Brasil, como D.^a Francisca Cabral de Vasconcelos, mãe do tenente Mario Cabral de Vasconcelos, da Fôrça Expedicionária Brasileira, fala ao Brasil e diz-lhe:

“Fiquei comovida ao receber as primeiras notícias da partida de meu filho para a Europa, mas ele tinha de ir, pois é soldado de coração e está integrado na sua missão entusiástica, na sua carreira. E’ um grande patriôta. Entrou no Exército como simples soldado, alcançou o oficialato e honrará a sua farda em qualquer situação. E’ bom filho, bom esposo, bom pai e bom brasileiro. Sei agora que ele está na Italia, em Napoles ou na linha de frente. Estou tranquila e orgulhosa por encontrar-se o meu Mário entre o primeiro contingente de soldados brasileiros que luta na Europa. Aliás tenho três filhos, todos servindo à Pátria, na F. E. B.; outro está na base de Fernando Noronha e outro treinando nos EE. UU., mas estimaria que todos três estivessem na frente de batalha combatendo pela preservação da civilização cristã, pelo direito de sermos livres, pela glória do Brasil”, e hoje todo o Brasil sente e experimenta o quanto é grande a sua reserva espiritual, o quanto é imenso o seu amor à liberdade, o quanto é inextinguível o entusiasmo, do homem brasileiro, pelo passado do Brasil, pelo seu presente e sente também o quanto ele confia no futuro da Pátria.

E só assim, senhores, só cultuando o passado do Brasil, proclamando os seus feitos heróicos, pugnando e defendendo a ordem e a legalidade constituídas, só assim, senhores, seremos dignos da Pátria, no futuro, teremos cumprido com o nosso dever, para com os que vierem, porque, e bem o disse Fernando Magalhães: “As grandes figuras que os monumentos perpetuam dirigem imoveis o pensamento do futuro; sepultos na terra, os mortos falam da grandeza do passado. Um estatua é um grito de comando, um tumulto um voto de reconhecimento. Os mortos governam animando ou prometendo”.



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

ARTHUR LOURENÇO DE ARAUJO PRIMO

A Santa Casa de Misericórdia de Santos celebrou em 1943, próximo passado, o quarto centenário da sua fundação, e o Sr. Provedor da respectiva Irmandade teve a gentileza de oferecer ao Instituto Histórico e Geográfico deste Estado um exemplar da obra que, sobre aquela nobre instituição, escreveu o professor dr. Ernesto de Souza Campos.

E' esse um trabalho digno de nota, no qual o seu erudito autor demonstrou, com estudo de documentos e opiniões de vários historiadores, ser a "Santa Casa de Misericórdia de Santos", criada por Braz Cubas, a mais antiga do Brasil. Apenas um escritor teve êle a refutar, e o fez cabalmente, — o Sr. Felix Ferreira, que, no livro "Misericórdia Fluminense", procurou vindicar a prioridade para o Hospital de Misericórdia do Rio de Janeiro. E geralmente se reconhece a maior antiguidade da Santa Casa de Santos.

Assim estabelecido, vem em segundo lugar no tempo a Misericórdia do Espírito Santo. E' verdade também assente.

A "Enciclopédia e Dicionário Internacional", organizado e redigido com a colaboração de distintos homens de ciência e de letras brasileiros e portugueses, diz o seguinte: "Conquanto não exista documento histórico da fundação da Santa Casa de Misericórdia da Vitória, no Espírito Santo, bons fundamentos há para afirmar que essa foi a segunda instituição pia e de beneficência estabelecida no Brasil".

Efetivamente, se a Misericórdia de Santos foi fundada em 1543, a do Espírito Santo o foi em 1545. Esta é a época afirmada nos Estatutos.

Brazilio Daëmon, na história cronológica da Provincia do Espírito Santo, quando tratou do ano 1595 exprimiu-se nestes termos: "Julgamos ser neste anno que foi fundada na villa do Espírito Santo uma Casa de Caridade por Miguel de Azeredo, a esforços do Padre José de Anchieta; foi uma especie de Asylo onde erão recolhidos doentes pobres e affectados de certas molestias"...

Como se vê, Daëmon, na sua obra, publicada em 1879, apenas conjecturou ter sido em 1595 que se fundou a Casa de Caridade. Não obstante, logo em seguida disse: "o certo é que nessa daeta ella existia e fôra erigida nos terrenos que fazem fundos na chacara da Sra. D. Francisca Martins Ferreira Meirelles, em a rua que tem o nome de Pedro Palacios, e onde se pôdem encontrar ainda os restos dos alicerces d'aquelle antigo Asylo, que nos parece ter sido feito no tempo de Pedro Palacios, e onde talvez fossem recolhidos os affectados da peste que por diversas vezes reinara na Capitania, como a da varíola". Linhas adiante, falou na mudança da Casa de Caridade de Vila Velha para Vitória, referindo-se, também presumidamente, à ocasião em que fôra isso realizado.

Entretanto, a simples suposição de *Daemon* levou o professor Ernesto Campos, na sua mencionada obra, a declarar que sobre a Santa Casa de Vitória existia controvérsia entre 1545 e 1595 (pag. 8) e ainda a escrever em uma relação de Misericórdias brasileiras, com as datas da fundação: "S. C. M. do Espírito Santo, antes de 1551, segundo Felix Ferreira, não se sabe com que fundamento; 1545, conforme rezam os seus estatutos; 1595 (?) conforme Basilio Daemont, na "Provincia do Espírito Santo"; alvará de privilégios de 1 de julho de 1605" — pag. 105. Cumpre retificar para 1.º de junho de 1605 a data em que o alvará foi passado. Está ele transcrito no folheto "Compromisso", que a Santa Casa editou.

Francisco Eugenio de Assis, no seu "Dicionário Geográfico e Histórico do Estado do Espírito Santo", referiu-se a um relatório de Vlademiro da Silveira, onde este dissera que a Santa Casa de Misericórdia de Vitória foi criada em 23 de dezembro de 1817. Há confusão. O que foi então criado, foi um hospital em Vitória. A Misericórdia já existia.

Veja-se "Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Provincia do Espírito Santo", de Cezar Augusto Marques, que assim discorreu:

"Santa Casa de Misericórdia — A sua primeira residencia foi na Igreja do Rosario, edificada primeiramente na Villa Velha. Depois mudou-se para a cidade da Victoria" . . .

"Hospital de Caridade — Desde o principio do seu governo cogitou o Governador Francisco Alberto Rubim levantar um Hospital para os pobres. Apóz longas difficuldades conseguiu seus desejos em 1817 obtendo dos habitantes uma contribuição voluntaria, consistindo n'uma taxa fixa sobre a exportação do taboado, sobre mantimentos sujeitos a medida, e sobre a importação da carne secca e azeite. O cidadão Luiz Antonio da Silva offereceu uma casa, e um terreno, onde se levou a effeito esse Hospital, que deixou quasi completo, com toda a mobilia, roupa, e utensilios, sendo ainda auxiliado por meio de uma subscrição, que abriu entre seus parentes e amigos do Rio de Janeiro. Por Decreto de 23 de Dezembro de 1817, Sua Magestade mandou não só crear aqui na Capital esse Hospital, como tambem collocar o sob a inspecção e cuidados da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, confirmando todas as doações já feitas para esse estabelecimento" . . .

Basilio Daemon também narrou: "Por Decreto assignado por D. João VI e datado de 23 de Dezembro (1817) é mandado crear um Hospital de Caridade n'esta Villa da Victoria, sob a inspecção da Santa Casa da Misericórdia. Deu, em seguida, uma longa lista de pessoas que fizeram donativos para a fundação desse hospital.

Está assim provado que o Hospital de Caridade é que foi criado em 1817, ficando sob a inspecção da Santa Casa de Misericórdia, que certamente à mingua de recursos não podia manter um estabelecimento daquela ordem.

O ilustrado Padre Julio Maria, na Memória que escreveu para o "Livro do Centenario — o Brasil — 1500 a 1900", sobre a religião, ordens religiosas, instituições pias e beneficentes no Brasil, dissertou d'este modo, à página 55: "Logo no periodo colonial, a Beneficencia começa em algumas povoações a se revelar em instituições que não só tinham por fim accolher os peregrinos, como as antigas albergarias, mas proteger os pobres, curar os enfermos, enterrar os mortos, educar e dotar as desvalidas orphãs e praticar outras obras de caridade; pelo que o estabelecimento onde em cada povoação isso era adoptado se chamou Sancta Casa de Misericórdia, ou simplesmente a Misericórdia, ou a Sancta Casa". (Em nota citou — Porto Seguro, "Historia Geral do Brasil".)

Continuando: "O primeiro hospital de Misericórdia que se estabeleceu no Brasil foi o de Santos, nos principios do anno de 1547, segundo Mello Moraes, ou em 1543, segundo Varnhagen".

E adiante: "Conquanto não exista documento historico da fundação da

Sancta Casa de Misericórdia da Victoria, no Espírito Sancto, bons fundamentos ha para affirmar que essa foi a segunda instituição pia e de beneficencia estabelecida no Brasil. Esses fundamentos são os que veem exarados num recente Relatorio do provedor da mesma casa, do qual se vê que essa Misericórdia foi primitivamente fundada na villa do Espírito Sancto, hoje cidade do mesmo nome; que foi seu capellão o padre José de Anchieta" . . .

A página 118, referindo-se ainda à casa de Misericórdia do Espírito Santo, disse ser ela antiquíssima.

"As Misericórdias poderiam existir sem necessariamente possuírem hospital, limitando sua ação a cuidar dos prêsos, enterrar os mortos, etc.", disse o professor Ernesto Campos, no seu supramencionado livro.

Vieira Fazenda, citado pelo mesmo professor Ernesto Campos, pronunciou-se por estas palavras: "Todas as vezes que eram fundadas villas e cidades nos dominios portuguezes, instituia-se logo a Sansa Casa de Misericórdia, isto é, a Irmandade ou Corporação, com os fins humanitarios estatuidos no compromisso da Misericórdia de Lisboa, formulados por Frei Miguel de Contreiras. Os encarregados da Governação, os membros dos Conselhos e os homens bons davam-se as mãos para auxiliar tão santo instituto".

Tal compromisso é o que foi mandado adotar, pelo aludido alvará de 1.º de junho de 1605, na Casa de Misericórdia da Capitania do Espírito Santo, no que se lhe pudesse aplicar, e consta de publicação em folheto que foi acima referido. Nêle não há um capitulo estabelecendo a obrigação especial de um hospital para os enfêrmos.

A Santa Casa de Misericórdia da antiga Capitania, de acôrdo com as suas posses, cumpria os deveres de caridade que lhe eram inerentes, independentemente do hospital próprio, que sómente pôde ser criado em 1817. E' o que se conclui.

O professor Ernesto Campos, no final da relação de Misericórdias, que inseriu no seu apreciável trabalho, aduziu estas palavras: "Naturalmente, pela escassez de documentos quinhentistas, existem dúvidas sobre a data exata da criação de várias destas instituições de benemerência".

Mesmo para a Santa Casa de Misericórdia de Santos, não foi apresentada uma prova explicita da sua criação. A demonstração da sua prioridade foi feita por deduções tiradas de documentos e por opiniões de escritores.

No caso, vale a tradição, que, como se sabe, é a transmissão oral de lendas, fatos, etc., de idade em idade. E é tradicional, com a autoridade de historiadores, que a Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo foi fundada em 1545, sendo, em ancianidade, a segunda do Brasil, como é a primeira a Santa Casa de Misericórdia de Santos, fundada em 1543. De tradição também é que da Misericórdia aqui instituída, foi capellão o Padre José de Anchieta, que depois de passagens por diversas partes do território brasileiro, inclusive do Espírito Santo, onde se demorou longos anos, faleceu em 1597 na aldeia que fundara nesta Capitania e que mais tarde, como cidade, veiu a ter o seu nome.

Assim, pois, à semelhança do que fez a Santa Casa de Misericórdia de Santos, a de Vitória deverá festejar o seu 4.º centenário, que se vai completar no próximo ano de 1945. A de Santos o fez durante uma semana, nos primeiros dias de novembro, talvez baseando-se em ser o dia 1.º dêsse mês dedicado a Todos os Santos e ter sido sob essa invocação que foi ela criada, como refletiu o dr. Hugo Santos Silva em trecho de trabalho transcrito pelo professor Ernesto Campos.

A de Vitória, também, na falta de data certa, poderá escolher para as solenidades o dia 2 de julho, dedicado a Santa Izabel, padroeira que é das Misericórdias.

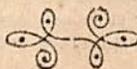
Vitória, 27 de julho de 1944.



Professor Neves Armond



Com a morte do prof. Amaro Ferreira das Neves Armond perdeu o Brasil um distinto cientista que ha quarenta anos exercia as funções de diretor do Hospital da Gambôa. Nascido em Vitória, em 1853, filho do prof. espirítossantense Manoel Ferreira das Neves e D.^a Rosa das Neves, diploma-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1873. Por ocasião da epidemia de febre amarela que assolou Paranaguá, em 1878, prestou serviços que lhe valeram geral reconhecimento. Em 1881 é nomeado preparador de botânica (ramo das ciências naturais a que sempre dedicara especial interesse) e de zoologia médica na Faculdade de Medicina do Rio, com o encargo do ensino de centenares de estudantes. Em 1883, é, de novo, comissionado para debelar as febres que se haviam propagado em Saquarema, no Estado do Rio. No mesmo ano é nomeado médico-adjunto do Hospital da Gambôa. Em 1887 é nomeado, por concurso, sub-diretor da secção de botânica do Museu Nacional. Em 1895 é promovido a diretor e professor de botânica do mesmo instituto, que aliás dirigiu por várias vezes e no qual instalou as preciosas coleções de história natural de que hoje se orgulha o palácio da Quinta da Boa Vista. Foi ainda organizador da exposição de plantas medicinais do Brasil, anexa à Exposição Internacional de Higiene, realizada por ocasião do Congresso Médico Latino-Americano, no Rio de Janeiro, em 1908. Tomou parte brilhante na representação do Brasil em vários congressos científicos. Autor de valiosas contribuições para o conhecimento da nossa flora graças à descoberta e classificação de várias plantas, colaborou na redação da monumental "Flora Brasiliensis", de Martius. Além da sua tese de doutorando sobre "A educação física, moral e intelectual da mocidade do Rio de Janeiro e sua influência sobre a saúde", foi assíduo colaborador de "A Semana", de Valentim Magalhães, e de várias publicações de caráter científico e literário.



IN PRINCIPIUM...

MARIO A. FREIRE

Codice algum, ao que sabemos, permite asseverar quem primeiro contemplou o litoral, hoje espírito-santense; ou afirmar, com segurança, qual a primeira expedição que explorou este pitoresco trecho da costa; ou mesmo o ponto de começo atingido.

Alude-se a uma expedição que, descendo em 1501 desde o cabo S. Roque, teria atribuído, aos mais destacados acidentes geográficos, sucessivos nomes de santos católicos, festejados no dia de cada um desses descobrimentos. Dêsse modo teria sido visitada, no primeiro dia de Novembro, a baía de Todos os Santos. E Rio Branco registrou a chegada de André Gonçalves e Americo Vesputio, em 13 de Dezembro de 1501; a Vitória, chefiando uma expedição. Assim teria sido descoberto o S. Maria, primitivamente Xapinanga. Attingida no dia de Santa Luzia ficou a baía como o rio com essa denominação, que figura em velhos portulanos. Isso teria sucedido muito antes que, em igual data, Fernão de Magalhães chegasse à Guanabara. Chamar-se-á por isso — Santa Luzia — o ponto extremo onde está o farol? . . . Teria acaso essa tradição concorrido para que Duarte de Lemos dêsse a mesma invocação à capela, que se supõe construída ainda por êle? . . .

Quando a Corte cogitou de, sem onus para o erário régio, iniciar uma colonização rudimentar, mas capaz de assegurar a ocupação e o povoamento capitalístico por outros, o regime das Capitanias teria tido a virtude, são da Madeira e dos Açores, em Capitánias, como um século antes fizera o príncipe D. Henrique.

Considerado por uns feudal e julgado, ao contrário, caracteristicamente capitlistico por outros, o regime das Capitanias teria tido a virtude, segundo João Ribeiro, de preparar terreno à federação e, com ela, à grandeza nacional.

Um quase feudalismo militar, nota Pedro Calmon, ao estudar a evolução rápida que se impoz ao govêrno da colônia, apreciável depois do lado do espírito português de vida municipal, harmonizado êste com as conveniências coloniais de descentralização e da minuciosa distribuição da justiça.

Não se viu no Brasil superposição de classes, com o predomínio econômico e político de quaisquer senhores sobre ocupantes do sólo considerados, pela forma de apropriação, dependentes dos primeiros. . .

Dentro da organização afinal adotada, instituiu D. João III, a 1 de Junho de 1534, mais uma capitania, com 50 léguas de costa; e concedeu

(1) Preferimos a data do registro reproduzido no vol. XIII dos "Documentos Históricos", a Julho como pretende Pedro Calmon; e a Janeiro, como escrevem outros.

essa mercê a Vasco Fernandes Coutinho, herdeiros e sucessores. Nessas doações sui generis, havia sempre dez léguas cedidas logo de júro e de herança, para sempre, livres de fôro e tributo, aos donatários. Essa disposição levou Rocha Pombo a salientar a feição aproximada do usufruto, dessas mercês... O foral foi baixado a 7 de Outubro seguinte. Remoto e rudimentar código tributário, o foral justifica ainda a doação como serviço de Deus, no mesmo sentido em que a carta de doação exalta a medida por estender a fé e o catolicismo até os naturais da terra. A idéa, de alta significação política, de propagar nêsse momento a religião, vinha corroborar a universalidade da Igreja romana, em face dos cismas e da Reforma...

As 50 léguas da doação começariam, ao norte, onde acabassem as de igual mercê conferida a Pedro do Campo Tourinho. E prescreveu o rei: — "entrarão na mesma largura, pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto puderem entrar e for de minha conquista".

Tinha-se em vista o meridiano de Tordesillas, prefixado em 1494: o Brasil, comentaria João Ribeiro, nascêra vinculado a um fato da Prehistória, antes de ter a própria história... Tivemos, parece, um precedente da moderna teoria das fronteiras flutuantes, moving frontier, porque nunca foi determinado o ponto exato nos Açores, donde seria calculada a linha daquela demarcação...

Desistindo de uma tença e alienando o que possuía em Portugal, Coutinho, que não requerêra ou solicitára a mercê, conseguiu aparelhar uma caravela... Nessa época, as caravelas portuguesas tinham quatro mastros e capacidade de 150 a 200 toneladas.

A "Gloria", a modesta caravela de Coutinho, (1) permitiu-lhe trazer 60 companheiros, refere Jaboatão. Entre êsses, vinham Simão Castelo Branco e o fidalgo D. Jorge de Menezes — "cumprir suas penitencias a estas paragens", por mandado de S. A. Uma carta régia ainda de 1534, expedida um dia antes do foral, concedêra a esta Capitania, como foi feito em relação a outras, o privilégio de servir de homisio a delinquentes e malfeitores, com o intuito evidente de mais rapidamente povoá-las... Os dois referidos condenados não seriam talvez criminosos comuns, presume Alexander Merchant, diante daquela expressão, na referência a ambos, contida no "Tratado Descritivo do Brasil em 1587". Seriam, certo, pessoas privilegiadas.

O aproveitamento dêsses degredados tem provocado sérias divergências. Se há quem condene abertamente a medida, lembrando talvez a opinião desfavorável de Mem de Sá, que, em 1560, já os julgava, a todos, merecedores de pena de morte, pois, afirmava — "não têm outro officio se não urdir males"; outros acham motivos para justificar a resolução. Em 1548, no Regimento dado a Thomé de Souza, o próprio rei mandava aproveitá-los em cargos públicos, desde que, não condenados por furto ou falsidade, houvessem prestado bons serviços na colônia.

Os que acompanharam Coutinho cêdo tiveram um fim desastroso, em luta com os indígenas.

À primeira vila que o donatário fundou denominou do Espírito Santo. Seguiu o costume da época, pois, chegára a 23 de Maio de 1535, o dia, naquêlo ano, consagrado a essa festa católica. O nome foi sendo, aos poucos, estendido a tôda a donataria.

Na pedra d'ara da pequena Matriz da pitoresca Vila Velha, ainda se lê a indicação da procedência: — Lisboa; assim como a data da respectiva sagração: — 1535.

A vila do Espírito Santo é a mais antiga freguezia ao Sul do Brasil. Do mesmo ano é a tetusta matriz de Iguarassú, a primeira localidade de

(1) "História da Colonização Portuguesa", vol. III, pag. 284.

Pernambuco, onde o respectivo donatário aportou um pouco antes, em Março. Netscher considera aquêl templo o mais antigo do Brasil.

Não foram os colonos bem recebidos. Não puderam, depois, trabalhar em paz: aimorés, goitacazes, tamoios, do grupo dos tupinambás, porfiavam por dominar êste trecho da costa. A inicial gua (mau) distinguia algumas tribus, que, emigradas do sul, ao tempo de Martin Afonso, chegaram até o Espirito Santo, como os guaitacazes. Vindos pelo sertão, os aimorés (guaimorés?) chegaram até o litoral; mas diante dos tupiniquins, quando êstes desceram até o Cricaré, fugiram para a serra ainda hoje denominada dos Aimorés. Êstes eram também conhecidos como botocodos, e podem, como os bugres, ser incorporados aos gês, que, depois do século XVI, ocuparam as florestas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, Doce e S. Mateus. Os corcados, no rio Doce, e os puris, na zona do Castelo, provocaram depois lutas encarniçadas.

Atraídos do Rio, vieram os temiminós. Há fundamento para afirmar (1) que também andaram pelo Espirito Santo, no século XVII, guaramimins (miramomins?).

Quatro anos após haver chegado, Vasco F. Coutinho não conseguira descobrir, ao sul, os baixos dos pargos. Se encontrados, começariam daí as cinquenta léguas da Capitania vizinha. Não os encontrando, convencionou com o respectivo donatário o limite pelo rio Tapemirí, situado, segundo calcularam, a 21 graus de latitude sul, e a duas léguas de Aguapé, no Espirito Santo. Deram ao rio o nome da Santa, lembrada no da rainha: — S. Catarina. Essa pretendida homenagem não passou, porém, da intenção dos donatários. Mesmo decorridos poucos anos, Jean de Lery depois de passar pelo Espirito Santo, em 1555 — um fortim, a que os indígenas ainda chamavam Mboab (de amô-abá, o homem de lá, o estrangeiro (2), avistou aquêl rio, "com pequenas ilhas à entrada de terra firme..." Continuava e indicado pelo primitivo nome: — Tapemirí...

O rei, em 1543, aprovou êsse acôrdo, convencionado a 14 de Agosto de 1539, tendo em vista um "assinado" de Coutinho, com a outorga de sua mulher, D. Maria do Campo: a Capitania de Coutinho deixara de se estender até abaixo do rio Managé, o atual Itabapoana — pretende Alberto Lamego.

Tinham os donatários poderes para conceder sesmarias, fazendo-o consoante As Ordenações, isto é, para immediato aproveitamento da terra, com plantações e culturas. Apreciando essas concessões em face da doação mesmo das Capitánias, houve quem visse, nas sesmarias, aspectos de uma verdadeira sub-efeudação.

Coutinho usou logo dessa faculdade, se não, para melhor beneficiar os companheiros, desprendidamente, da que lhe outorgára, dentro da Capitania, dez léguas de terra, ao longo da costa, terras que, apenas, não poderia tornar juntas; mas, separadamente, em quatro ou cinco lotes.

Certo é que o "Tratado Descritivo" registra algumas dessas primeiras doações, atribuídas à generosidade do Fundador, ao descrever a barra e a baía: — "a primeira ilha que está nessa barra se chama de D. Jorge e mais para dentro está outra que se diz de Valentim Neves. Desta ilha

(1) Vide "Documentos Históricas", vol. VI, pag. 103; e Capistrano de Abreu, apud Afonso Taunay no "Jornal do Comércio" de 25 — XII — 1931.

(2) Baptista Caetano de Almeida Nogueira, apud Aureliano Leite, à pag. 36 do livro "O cabo-maior dos Paulistas". Roberto Simonsen traduziu como "galinhas de calças", em "História Económica", II, pag. 59. — Pedro Calmon, "História do Brasil", III, pag. 19, resume diversas opiniões no sentido também de galinhas ou aves de pernas cobertas de penas. Gustavo Barroso escreveu emboaba ou melhor mboi-aba, homem-cobra ou homem-sergente, em "A Manhã", de 9 — V — 944.

para a Vila Velha estão quatro penedos grandes descobertos; e mais para cima está a ilha de Ana Vaz; mais avante está o ilheo da Viuva; e no cabo desta baía fica a ilha de Duarte de Lemos, onde está assentada a vila do Espírito Santo (1) a qual se edificou no tempo da guerra pelos Guaitacazes, que apertaram muito com os povoadores da Vila Velha". Alude também Gabriel Soares ao morro de João Moreno.

Conhecem-se os termos da doação, em 1537, da ilha ou lezíria de S. Antonio a Duarte de Lemos, abrangendo as águas e moendas, doação feita mediante simples alvará, pois — "por outra maneira se não podia fazer por não haver officiais na terra". Duarte de Lemos viêra da Capitania de Todos os Santos, onde estava na companhia de Francisco Pereira; e trouxera, além dos criados, outros colonos. Ajudára sempre a Coutinho nas lutas travadas com os indígenas. Empossado na ilha, logo Duarte de Lemos entrou, por sua vez, a distribuir terras de sesmaria.

Achando-se ambos em Lisboa, no ano de 1540, assinou Coutinho a escritura dessa doação. Duarte de Lemos podia, segundo êsse instrumento — "fazer e mandar fazer um engenho de açúcar, para sua fazenda no Rio das Roças Velhas, defronte da dita ilha; e não pague mais foro dele nem outro tributo, nem pensão que um bom pão de açúcar que pese quatro arrateis..." Na Baía faziam-se dêsses pães pesando arrobas. Luiz Amaral afirma, entretanto, que geralmente pesavam pouco mais de dois quilos.

Como a ilha estava dentro do Termo da povoação (sic) do Espírito Santo, Coutinho dispoz ainda que nem Duarte de Lemos, nem os sucessores, fizessem villa na ilha. Confirmando em 1549 essa doação, mandou o Rei que todos assim a cumprissem. Só o donatário da Capitania e sucessores podiam transformar povoações em vilas, dando-lhes Termo e outros privilégios, segundo costume do Reino, em face do que se lê na carta régia da doação.

Os pães de açúcar deviam ser, a êsse tempo, coisa muito preciosa. Alguns haviam figurado, entre os legados, no testamento de uma das rainhas de França. Ficaram recordados até hoje à entrada da Guanabara; o mesmo nome deu João Teixeira Albernaz ao Penedo, nas cartas que traçou em 1631.

Como a Côte imaginára a colonização baseada a princípio no fabrico de açúcar — as cartas de doação das Capitanias, como a do Espírito Santo, reservavam aos donatários o privilégio das moendas de água e quaisquer outros engenhos. Só mediante licença dos donatários podiam os particulares erguê-los pagando-lhes o fóro ou tributo estipulado.

Havia engenhos de água, e outros denominados, segundo o "Diálogo das Grandezas do Brasil" — trapiches, movidos por bois.

Em 1545 funcionavam nesta Capitania cinco movidos a água; e somente dois à força animal. Logo entraram a funcionar mais três, dos quais dois à água, estimando-se a safra em mil arrobas.

Numa das citadas cartas que Albernaz traçou vê-se fronteiro à Vitória um grande "trapiche"; e do mesmo lado, porém mais afastados, além dos engenhos à água de Francisco de Aguiar Coutinho e de Azeredo, êste pouco antes do Pão de Açúcar (o Penedo), um terceiro, na margem oposta do Santa Maria.

Grande inconveniente sempre houve na ida de donatários de uma às outras Capitanias a-fim-de atrair colonos. Do Espírito Santo, por exemplo, levára Pedro de Goes homens habeis para cultura de cana e mestres

(1) Devia ter escrito: — Vitória.

de açúcar. Queixa-se, porém, ao rei, em carta de 1546, de um colono que, desrespeitando o foral, havia ido do Espírito Santo à Capitania dêle aprisionar índios, provocando, com isso, um levante. Citou Henrique Luiz; com esse nome, segundo Gabriel Soares, havia, não no Espírito Santo, mas em Ilhéus, um senhor de engenhos. Vivia junto às duas últimas aldeas de tupiniquins...

A relevância em que eram tidos os deveres religiosos levava o govêrno a estipendiá-los, para salvação das almas, os serviços eclesiásticos, ao mesmo tempo que provia os almoxarifados para a defesa da terra, de armas e munições. Nesta donataria, o mais antigo dispendio da Fazenda Real parece ter sido o pagamento de um capelão; já vivia no Espírito Santo dez anos depois da vinda de Coutinho. Assim se fazia desde que a Corôa de Portugal, logo após o descobrimento do Brasil, entrou a apropriar-se de todos os dízimos cobrados no Brasil, não obstante outorgados à Ordem de Christo, em virtude de uma bula papal

Ter essa despesa por essa forma custeada foi um dos direitos dos primitivos colonos, no Brasil.

É curioso o trecho de uma carta escrita do Espírito Santo, em 1545, reproduzido por Pedro Calmon: o dízimo anual do açúcar fôra arrendado a 200 réis a arroba, pois nem sempre era bom, devido à ignorância dos oficiais incumbidos dêsse fabrico; o do pescado não fôra além de 43.500, também por ano — “e com condições porque doutra maneira não querem lançar, por ser a terra mui pobre de dinheiro e disto se paga capelão...”

Coube ao vigário da Capitania acolher em 1549 o jesuíta Leonardo Nunes, por não haver “hospício” na terra.

Em 1550 seguiam para o Rêino dois escravos (peças) das que eram anualmente remetidas como parte do ordenado do vigário.

Um pagamento, em 1552, ao sacerdote que servira interinamente de vigário, estipendiado à razão de dezoito mil réis anuais, permitiu constatar que, nêsse ano a vila instalada na ilha de Duarte de Lemos já era conhecida com o nome de Vitória.

Uma petição da Misericórdia recolheu, em 1817, a tradição de que essa vila havia sido fundada na elevação onde os jesuítas haviam construído a Residência, depois Colégio. Nessa petição, a irmandade alude ao mangal entre a colina, onde ainda hoje se ergue o hospital “e o monte da fundação desta vila”, descrevendo-o próximos às marinhas e possessões à beira-mar.

A fundação das cidades ao alto, em montes ou colinas, era uma preocupação muito generalizada; deu-se no Rio de Janeiro; deu-se em Olinda para melhor defendê-la, segundo Lubambo, contra os dois inimigos — o índio, do mato; e o pirata, do mar... Fernando de Azevedo salienta também êsse cuidado em localizar nossas primitivas cidades e vilas, dêsse modo melhor abrigadas.

Já houve quem visse nessa preocupação quase uma das leis em História.

Não fugiu Vitória, em sua pitoresca localização, a outra contingência: é uma das catorze capitais que Nash contou, no Brasil, à margem da estrada líquida...

Quando começou a ser conhecida a vila de N. S. da Vitória, com essa invocação havia pelo menos dois templos: um na Baía e o outro em Pernambuco. Aquêles foi, no dizer de Almeida Prado, o segundo templo edificado em o norte do Brasil: casaram-se nêle, em 1534, duas das filhas de Caramurú. O Padre Serafim Leite cita uma casa dos jesuítas consagrada, também no norte, a N. S. da Vitória.

DISCURSO-RELATÓRIO

EURIPEDES QUEIROZ DO VALLE

(Síntese do Relatório apresentado pelo Secretário Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Estado ao Presidente do mesmo Instituto e lido na sessão solene de 12 de Junho de 1944).

Meus senhores; Minhas senhóras:

Há um ano precisamente, nesta mesma sala, neste mesmo ambiente solene e festivo era a atual Diretoria desta Casa investida do seu honroso mandato. Recebíamos das mãos do velho e saudoso Presidente Celso Calmon, por intermédio do vice-Presidente Dr. Fernando Rabello, a direção suprema da Casa do Espírito-Santo.

O compromisso formal que então prestamos nos vinculava, daquele modo, às tradições honrosas dos nossos antecessores para a marcha ascensional.

E o velho Instituto, mudando de direção, na realidade em nada mudava porque a sua marcha iria prosseguir com o mesmo entusiasmo e com a mesma dedicação na obra cívica de guardar e reverenciar o acervo sagrado do nosso glorioso passado.

E hoje, um ano após, ao apresentar-vos êsse rápido reláto, temos, como naquêlê dia, o nosso coração e o nosso pensamento voltados para o vulto insigne do espírito-santense ilustre que soube, há 137 anos passados, com o seu sangue e com o seu amor à liberdade, esculpir no ouro puro de seus ideais, a magnífica página épica que a data recórda.

* * *

No cumprimento de sua elevada missão de guardar, venerar e recordar os fatos e acontecimentos de maior e mais significativa expressão cívica, a Casa do Espírito-Santo não deixou passar sem um registro congratulatório a iniciativa do Governô do Estado, fazendo vir à nossa Capital o ilustrado Dr. Paulo Barreto, do Departamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E' que êle vinha desempenhar a tarefa para nós tão significativa e meritória de reconstruir os nossos velhos mo-

numentos históricos para que pudessem continuar a atestar na eloquência muda das suas arcádas seculares a ação construtiva dos nossos maiores.

Mereceram as primeiras atenções do nosso Governo os velhos templos de S. Luzia, nesta Capital, e da matriz de Nova-Almeida.

A primeira atesta hoje na alvura de suas paredes restauradas e na pequenina torre que se levanta tímida ao seu lado, o culto da nossa veneração e do nosso respeito. A segunda sofre ainda os cuidados de delicada reconstituição. Mas, dentro em breve, graças à ação vigilante do nosso eminente consócio Dr. Mário Freire, ela ressurgirá, ostentando na severidade de suas linhas, o seu velho e magestoso perfil.

As palavras que o nosso venerando Presidente proferiu na sessão de 17 de Julho, enaltecendo o sentido desses trabalhos, bem traduziram o pensamento e a satisfação com que o Instituto acolheu a iniciativa.

Mas não ficou aí.

Levamos ao Dr. Rodrigo de Mello Franco, Diretor do Serviço de Patrimônio Histórico, no Rio de Janeiro, a expressão do nosso agradecimento.

Uma Comissão do nosso Instituto esteve, igualmente, em Nova-Almeida, onde pôde apreciar, de perto, a velha reliquia e o andamento cuidadoso das obras.

Continuamos a guardar, com carinho e desvelo, tudo o que possa recordar fatos ou aspectos do nosso passado.

O nosso arquivo vem assim, a pouco e pouco, se enriquecendo de preciosa documentação, recolhida e oferecida por muitos dos nossos eminentes consócios. Do Major João Punaro Bley recebemos vários e interessantes mapas e plantas antigas de nossa capital, elucidação magnífica de muitos de seus aspectos físicos já desaparecidos. Do mesmo ilustre consócio recebemos velho documento, igualmente precioso e significativo, em que comerciantes de nossa Capital pediam ao velho Imperador Pedro II a construção de uma estrada de ferro que cortasse o Vale do Rio-Doce.

Esse documento representa assim já uma notável e profética antevisão do papel que o Vale famoso havia de representar para o futuro de nossa economia e da nossa riqueza.

Outra esplêndida oferta veio igualmente enriquecer o nosso patrimônio artístico. Das mãos do Exmo. Sr. Interventor Federal recebemos o valioso prêmio conquistado pelo nosso Estado na 2.^a Exposição Nacional de Orquídeas, realizada no Rio de Janeiro. Elegeu S. Excia. o nosso Instituto para guarda daquêle bronze artisticamente lavrado, representando uma lélia purpuráta, em tamanho natural.

Coube à nossa ilustre patricia Professora D. Maria Estélla de Norais, chefe da representação espírito-santense e organizadora do nosso estande naquêle certamen, receber do Juri da Exposição, em nome do Estado, o prêmio magnífico que nos coube.

Oferta igualmente significativa fez-nos ainda o Sr. Interventor Federal quando confiou à nossa guarda e cuidado uma rica coleção de selos da Polônia que lhe presenteara o Ministro dêsse País amigo.

As iniciativas que de qualquer modo interessam ou dizem respeito ao nosso passado histórico tiveram em nossa Casa imediata e franca repercussão. Assim é que levamos a expressão do nosso apláuso e do nosso incentivo ao Departamento Municipal de Estatística desta Capital pela Exposição do Livro Capichaba que em tão boa hora promoveu e que de modo tão expressivo e eloquente nos disse da nossa já apreciável produção intelectual.

Outro Certamen que também nos interessou e que mereceu por isso o nosso apláuso entusiástico foi o da Exposição dos nossos Jornais. Foi um espetáculo dos mais interessantes êsse que nos proporcionou a nossa Associação de Imprensa.

Na variedade de seus formáto, tamanhos, nomes e feitiços desfilaram deante de nós, tôda a galeria de periódicos a atestarem, na variedade de sua orientação, a superioridade e elevação de seus propósitos.

A decisão do nosso Governô de fazer editar as obras dos nossos vèlhos escritores encheu-nos também de um justificado contentamento. Os aplausos e as congratulações que lhe dirigimos exprimiram de módo inequívoco êsse júbilo.

As nossas datas mais expressivas, aquêlas que registram as efemérides de maior significação cívica foram objêto do nosso culto e da nossa evocação.

Assim é que mereceram o preito de nossa reverência o 2 de Julho, a data baiana que tão de péerto nos toca e as que registraram a independência dos Estados Unidos, o aniversário de nosso vèlho Imperador, o Cêrco da Lapa e tantos outros.

E assim vem a vèlha Casa de Domingos Martins cumprindo a sua nôbre e elevada missão de recolher, guardar e venerar êsses fátos, êsses documentos, essas datas para que no culto dêsse passado melhor vivamos o presente e aguardemos confiantes o futuro.

Mas em meio a tôda a nossa atividade nêsse primeiro ano de mandato, uma iniciativa constitue, pelo seu sentido construtivo e pelo seu significado, o ponto culminante de nosso programa. E essa foi a de escrever a História do Espírito Santo.

Nenhuma iniciativa das muitas que tomamos lhe iguála no conteúdo dignificante que encêrra.

De fáto, grande e interessante tem sido, na realidade, a nossa atividade reverencial aos episódios que pontilham a longa estrada de nossa História.

Mas de tôdas elas nenhuma resume e exprime melhor a nossa intenção de levantar, em bases sólidas e duradouras, os fátos e acontecimentos memoráveis que formam, atravez o tempo, o tecido finíssimo de nossa História. Essa deliberação em tão boa hora tomada vem atestar, de módo inequívoco, o desejo de que estamos possuidos de melhor servir à terra do Espírito-Santo.

E com ela não visamos apenas coordenar dentro de um sistema orgânico os fátos e episódios de que nos ufanamos e que denunciam a nossa marcha para a frente e para o alto, mas e sobretudo esclarecer alguns pontos e fátos que jazem obscuros e envoltos nas brumas da lenda ou da dúvida.

Já um dos nossos mais eminentes consócios, iniciou e de maneira auspiciosa, êsse trabalho de esclarecer e aclarar muitos dêsses fátos.

Mário Freire, com o seu nunca desmentido entusiasmo pelas cousas do nosso passado, já rehabilitou e de maneira brilhante a memória do nosso primeiro Donatário. Vasco Coutinho voltou assim a portar-se de pé e altaneiro, no pórtico de nossa História.

Mário Freire arrancou-lhe os andrajos com que o cobriram alguns historiadores apressados e com os quais perambulava, segundo se dizia, pelas ruas da séde da vèlha Capitania a pedir esmólas.

Êsse será o trabalho meritório e edificante que havemos de realizar escrevendo a História da nossa terra. E então tudo que jaz escondido ou deturpado já pela lenda já pela imaginação de uns ou pela afoiteza de outros, será trazido à luz do Sól e receberá assim o banho laustral da verdade.

E se faltassem motivos para justificar a nossa existência como instituição cultural e de pesquisa histórica, bastaria, por certo, êsse admirável propósito. A tarefa não será fácil, bem o sabemos, mas a vontade decidida de levar a bom têrmo a iniciativa afastará os óbices e escóthos que porventura encontrarmos.

E assim animados e assim decididos chegamos ao fim da primeira metade do nosso mandato.

Não precisarei desfilar deante de vós, todos os fatos, tôdas as iniciativas, tôdas as deliberações que tomamos para bem servir a terra dadivosa em que vivemos e para honrarmos o compromisso que assumimos.

Bastará que afirmemos que nenhum acontecimento que dirêta ou indiretamente interessou a nossa vida cultural ou social deixou de repercutir na vèlha sála das nossas sessões. E dali, as nossas emoções e o nosso entusiasmo sempre se refletiram na eloquência dos nossos aplausos e na homenagem do nosso registro.

E as venerandas efigies que guarnecem as nossas vèlhas paredes são as testemunhas mudas dêsse culto constante e dessa veneração perene. E ali, naquêle recinto austêro de unção e de respeito, vai se forjando aos poucos, sem alárdes e sem estrépitos, êsse trabalho de estruturação histórica que há de ficar porque feito de aço puro de nossa dedicação.

E nêsses traços rápidos, para dar-vos uma vista panomâmica do que temos realizado nêsses 12 mêses, não seria justo omitir a cooperação e o prestígio crescente com que nos tem cercado o Govêrno do Estado, hoje nas mãos de um jovem e ilustre membro desta Casa.

Mas não colheríamos todos êsses frutos e não desfrutaríamos tôdas as vantagens dessa situação de respeitabilidade e de prestígio se na torre do Comando não tivêssemos a veneranda figura do nosso eminente Presidente que com a firmeza de sua dedicação e seu devotado amor à causa pública, vem merecendo de todos nós o culto do nosso respeito e da nossa gratidão.

E servindo ao Espírito Santo pelo culto de seu passado, pela veneração de seus heróis e pelo respeito às suas tradições, vamos assim servindo à causa maior do Brasil e da Pátria.



ADMINISTRADORES DO ESPÍRITO SANTO

F. EUJENIO DE ASSIS

(Continuação do número 12 desta Revista)

1800. ANTONIO PIRES DA SILVA PONTES: Assumiu o governo em 28 de março. Procurou este governo estabelecer comunicações com a Capitania de Minas Gerais e estudou as possibilidades do rio Doce na sua utilização para os serviços de navegação. Firmou ainda em 9 de outubro de 1800 acordo de limites do fisco entre as capitanias do Espírito Santo com a capitania de Minas Gerais, acordo este que, até a presente data ainda depende de solução. Criou varios postos militares principalmente o de Sousa e Regencia. O povo da Capitania não esteve de agrado com este governo que, apresentou contra o mesmo a queixa nos termos: "Senhor. Os moradores da capitania do Espírito Santo debaixo do seu profundo respeito chegão a Real Presença de Vossa Alteza a pedirem justiça providenciando um governador que seja catolico, e tenha religião e saiba faser orientar as Reais e *pias pretensões que geralmente V. A. quer sejam conservadas aos seus fieis Vassallos, livrando-os assim de obstaculos, violencias e tiranias do atual governador Antonio Pires da Silva Pontes, homem sem le-, nem religião, que pelos seus despotismo tem feito desertar daquela Capitania mais os moradores fugindo as injurias com que os ultraja, administrando-lhes castigos a seu arbitro por culpas formadas da sua pessima intenção, não só mandando assoutar homens libertos na peça como tirando postos ainda confirmados pelo Real Bando, para o que não tem autoridade, vendendo a dez a tresentos mil reis e ainda por maiores preços e a sua vontade, embolçando-se destes dinheiros com o falso pretexto de ser aplicado para as obras da Real Fazenda, quando tudo se prova pelo contrario que a sua intenção é tão somente de falsear a Real Fazenda. E' tanto soberano Senhor, que o desfalca, que até mandou por um senhor seu criado lançar publicamente nos contratos da Fazenda Real, e arrematados, sem que para isso houvesse quem o afrontasse, por que o mesmo Criado logó assim o declarou, e que assim o fizera por ordem de Seu Amo o sobre-dito Governador. Fés a um seu famulo Mestre do Trem e Sargento de vender seus alambiques e até demais obrigava a pagar com portaria do dito Governador. Fés a u seu famulo Mestre do Trem e Sargento de Pedestres, e outros cargos, recebendo grandes porções de dinheiro da Real Fazenda e tudo a titulo de Soldo, consentindo outro-sim que estas

façam furtos nas ferias dos officiaes, que são indigentes, e se vêe, obrigados a trabalharem poro denominado Porcental e quando alguem se queixa é castigado aspera e severamente, dando por este motivo aqueles que são libertos a fugirem para outras terras. Os dinheiros dos Reais Cofres e ainda dos particulares é todo tirado por ele absoluto governador, com os seus pretextos de que é preciso para as obras da real Fazenda, quando até o presente nenhum tem feito, e em alguma que temerariamente tem imtentado e em principio algum é a custa de miseraveis Povos, que trabalham sem receberem pagamento, e o mesmo acontece com as madeiras e pedras que manda tirar das obras dos particulares e todos se acomodão por ser proferido em nome de V. A. R. Obrigando-se igualmente a grande plantações e os seus productos os mete em Si e mãos os seus agregados. Chegando aquele Porto o grande trem de guerra e fardamento mandado por S. A. R. a tempo que nela governava felismente o sargento Mór Manoel Fernandes da Silveira, tempo em que reinava a páz, feliz governo, e zelo da arrecadação de tudo quanto era da Real Fazenda, mandou aquele Sargento Mór então governador da sobredita Capitania por tudo na precisa Arrecadação, constando-lhe porém que o capitam de Artilharia Feliciano Henrique Franco, Conductor e Comandante do dito Trem e fardamento tinha arribado a Vila de Guaraparim, quando saiu do rio de Janeiro, e nele tinha vendido muitas coisas que pertenciam a Real Fazenda, por cujo motivo mandou o Doutor Ouvidor a que se procedesse Devaça contra o dito Capitam Réo daqueles furtos e ficando culpado, chegou a este tempo o tirano Governador Pontes, e logo prontamente mandou svocar esta Devaça a Secretaria de seu Governo, deixando ao réo absoluto e constante descaramento que continuou a vender publicamente o que quer, e dos seus productos vestia e ornava as concubinas com quem tratava, e dos prés dos forros das fardas dos soldados, fazia lençois, e toalhas, ficando estes impossibilitados, e nós, de sorte que para formarem as fardas tomavão panos de algodão, graças da terra, que ainda estão devendo. Não só são estas as virtudes do sobredito Governador que além de se utilisar destes indignos meios e lezar a Fazenda Real, tambem de mais a mais para a Sr Homem falto de religião e tanto que com o despotico poder mandou um destacamento para o mato, nomeando um comandante do seu partido, com iguais intenções dando-lhe absoluta ordem que cada um dos soldados que quisesse levar a sua lavadeira, ou concubina, poderia levar, e logo em virtude dessa extranha ordem passa aquele comandante a cadelas tirar, uma praça que ali se achava, violentando o carcereiro com ameaças e passaram a consternar ao povo fazendo as violencias que daqui se pode imaginar, que a não ser sagrado o nome de V. A. R. que para tudo anda primeiro, e seria occasião dos supplicantes se arruinarem de tudo. Para a sua má vontade, excesso tão que por desprezo da Religião, mandou contudo o despotismo prender o vigario colado Ignacio Joaquim da Natividade e Almeida, mandando-lhe fazer os mais execrandos ultrajes, nunca vistos como o mesmo vigario já poz na Real presença de V. A. R. Nos dias dos felizes anos de V. A. R. em que tudo é, para os supplicantes o seu martirio, por que o dito Governador obriga a todos os Povos em geral irem para a sua terra a trabalharem com exercicio, sem excepção de pessoas onde os tem por tres dias gastando e consumindo infimas arrobas de polvora de que tem resultado virem muitos com braços e pernas quebradas, além de outras mais desgraças. A capitania se acha deserta, e certamente já dotado estaria se não fossem as esperanças que lhes restão, e confião da preciosa Providencia, e por se não

fazerem fastidiosos na Real Presença de V. A. calão por modestia, o muito mais que tenham que expor, porém supplicação, recorrem e Pede a V. A. R. como tão benigno Pai de seus fieis Vassallos haja de os livrar do ultimo termo de Sua Ruina, dando-lhes pronta providencia de um novo governador, com plias e sabias intenções e que lhes administre justiça, livrando-os da triste situação e participe em que se achão. E receberá Mercê-Procurador Antonio Pinheiro Leite. (A) Francisco Borja Garção Stekler". A este documento foi baixado o ato: "Dom João por Graças de Deus Principe Regente de Portugal e dos Algarves d'áquem e d'além mar em Africa de Guine, etc. Faço saber a vós Vice-Rei e capitão general de mar e terra do Estado do Brasil que sendo visto no Conselho Ultramarino a representação dos Membros da Capitania do Espirito Santo, daqual se vos remete copia assinada pelos secretário do mesmo Conselho, e o que tambem respondeo o desembargador Procurador da Minha Real Fazenda, Sou servido ordenando-vos informéis com o vosso parecer sobre os fatos comprehendidos na dita representação não obstante a ilegetimidade do procurador que a assinou. O Principe Nosso Senhor o Mandou pelos seus Mnístros abaixo assinados do seu conselho e do ultramar. José Maria de Salema Garção o fez em Lisboa a onse de junho de mil oitocentos e quatro. O secretario Francisco Borje de Garção Stockler. (A) Francisco Alz. da Silva". Entretanto os historiadores affirmão de que este gonerverno deixou gratas recordações na capitania.

1804. MANOEL VIEIRA DE ALBURQUEQUE TOVAR. Assumiu o governo em 7 de dezembro. Fidalgo da casa real e major de cavalaria, sendo em 4 de junho de 1807 promovido a Coronel Comandante do Regimento de Infantaria. Este governo, registram os historiadores, foi violento, despotico, entrando logo que assumiu o governo, em luta com o Ouvidor da Capitania Alberto Antonio Pereira. Entre os atos de arbitrariedade registra-se a prisão do comerciante Pedro José Corrêa Viseu, que foi amarrado e conduzido pelas ruas da Vila; degredou para as margens do rio Doce o vigário Manoel de Jesus Pereira e o capitão José Ribeiro de Athaide. Varias veses pediu para deixar o governo, entretanto não foi atendido e em licença afasta-se do governo deixando uma junta composta do Ouvidor, Veriador mais antigo e o Comandante do Regimento de Milicias. Quando, já havia alcançado a Vila de S. Salvador de Campos, depois onse dias de viagem, recebeu ordens de regressar a capitania devido a luta que havia travado entre os membros do governo. Cuidou este governo da mineração em Castelo, no proseguimento dos trabalhos ali iniciados. Iniciou a colonização de Linhares, que ainda não gosava deste nome. Entrou e abriu luta com os indios. No seu governo ficou a capitania independente do governo da Baía, militarmente. Em 1811 deixou o governo entregue a quem competisse.

1812. FRANCISCO ALBERTO RUBIM. A 5 de outubro de 1812, assumiu o governo e estava nomeado desde 12 de junho do mesmo ano. Este governo procurou os meios possiveis de desenvolver a capitania que na epoca encontrava povoada no litoral com quatro vilas e varias aldeias de indios e o sertão cheio de indios. Não contava com estradas para as provincias visinhas. Cuidou de Linhares, elevando a freguesia. Viana, antiga povoado de S. Agostinho recebeu a imigração açoriana e passou a ter o nome de Viana, homenagem ao Intendente de Policia do Rio de Janeiro Paulo Fernandes Viana. Esta localidade em 1943..

perdeu esse nome para receber o de Jabaeté. Na agricultura desenvolveu o plantio da fava, trigo, canhamo com ótimo proveito. Realizou a abertura da estrada ligando esta Capitania a de Minas Gerais, com a estrada que recebeu o nome de "Rubim" sendo encarregado de construí-la o Comandante Ignacio Pereira Duarte Carneiro, que durante sete anos, numa das mais terríveis lutas concluiu a grande obra. Este governo criou em 1817 um hospital para os pobres. Animou e auxiliou Antonio José Vieira da Vitoria a prosseguir na industria do bicho da seda; regulou a tropa de linha, abriu rios, estradas, educação publica. Deixando o governo foi enviado para o Ceará, e faleceu em Era capitão de mar e guerra e possuia o título de comandante e cavaleiro professor da ordem de Cristo. A homenagem que o Espírito Santo prestou a esse illustre cidadão foi o de ter dado o nome de "Vida Rubim" o bairro de Vitória, ato realizado pela Intendencia Municipal em 16 de setembro de 1895. A Santa Casa de Misericordia tambem rendeu-lhe homenagem inaugurando em o salão principal o retrato desse illustre cidadão que muito cooperou para a reinstalação da Santa Casa de Misericordia.

1820. BALTHASAR DE SOUSA BOTELHO DE VASCONCELOS. Assumiu o governo em 20 de março de 1820. Encontrou a capitania em verdadeiro estado de prosperidade. Recebeu ordens de jurar a Constituição Portuguesa e designa o dia 14 de julho de 1821, o que realisa e em seguida o povo, soldados, amotinam-se solicitando a destituição de comando de Francisco Bernardo de Assiz e Castro, e, que fosse substituido pelo comandante da Companhia de Artilharia José Marcelino de Vasconcelos. Receioso, com medo de perder a vida, retira-se para Portugal, na companhia de D. João VI. E' criado o lugar de Junta Provisoria, na capitania, em 29 de set. de 1821, que a 1 de março de 1822 instala-se.

1822. JUNTA PROVISÓRIA. Membros: Presidente, José Nunes da Silva Pires, vigário colado de Guarapari; Secretário, Luiz da Silva Alves de Azambuja Susano, escriturário da Junta da Fazenda; Vogais, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, capitão de infantaria de linha; José Ribeiro Pinto, capitão-mór da Vila do Espírito Santo e Sebastião Vieira Machado, capitão de Milicia. Esta Junta, nada pôde fazer, faltava-lhe prestigio e caiu na indiferença popular. A desordem campeon, chegando a ponto de um comandante das armas Coronel Julião Fernandes Leão, privar o Ouvidor José Libanio de Sousa de suas funções e obrigando-o ainda a deixar a vila. Este coronel ainda postou-se em frente ao Palacio com a força armada, gritando "Abaixo a Junta-Morra a junta". A tropa que estava sob o comando do coronel Julião deixa-o e vai ajuntar-se a da guarda do Palacio, pondo em fuga o coronel Julião!

E' criado o lugar de Presidente da Provincia, por ato de 20 de outubro de 1823. Junto a este governo, funcionava tambem um conselho composto de seis membros. Este conselho exercia quasi que a função legislativa.

1823. IGNACIO ACIOLI DE VASCONCELOS. Nomeado em 25 de novembro de 1822, tomou posse a 24 de fevereiro de 1824. Foi este o primeiro governo no regimen de Independencia. Deixou as funções em 10 de outubro de 1829. Neste governo, houve o recrutamento conhecido pelo nome de "Ururuá", Instalou o chafariz da Capichaba em 1827,

que venceu todo esse tempo e reconstruído ha pouco. Exerceu a função de vice-presidente do Governo o capitão-mór Francisco Pinto Homem de Azevedo.

1829. CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO. (Visconde da Praia Grande). Nomeado em 19 de outubro de 1830. Posse 23 de novembro do mesmo ano, exonerado a 30 de novembro de 1830. Continuou no governo e capitão-mór Francisco Pinto Homem de Azevedo, que a 12 de março passou ao coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, que permaneceu até 4 de dezembro do mesmo ano.

1830. MANOEL ANTONIO GALVÃO. Nomeado em 30 de novembro de 1830, assumindo em 4 de dezembro do mesmo ano. Deixou o governo entregue ao Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim.

1831. GABRIEL GETULIO MONTEIRO DE MENDONÇA. Nomeado em 9 de dezembro de 1830. Posse em 30 de dezembro do mesmo ano, deixou em seu lugar o Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim.

1831. ANTONIO PINTO CHICHORRO DA GAMA. Nomeado em 5 de novembro de 1831, posse em 28 de novembro do mesmo ano. Exonerado em 25 de abril de 1832. Assumiu o governo interinamente em 27 de abril de 1832 o coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. Neste governo é recebida a primeira colonização alemã em numero de 105 familias. As Vilas de Campos de Goitacaz e São João da Barra, são desanexados do Espirito Santo.

1832. MANOEL JOSÉ PIRES DA SILVA PONTES. Nomeado em 25 de outubro de 1832. Posse em 21 de abril de 1823. Exonerado em 6 de abril de 1835. Nesse governo, surgiu a desavença da Irmandade de São Benedito de São Francisco que mais tarde deflagraram em partidos Caramurú e Peroás. Este governo foi substituído pelo vice-Presidente capitão-mór Francisco Pinto Homem de Azevedo. Realisa-se a primeira eleição popular para eleger os deputados da Provincia e em 1 de fevereiro de 1835, é instalada a primeira sessão da Assembléa Provincial. Em maio de 1835, deixou o governo entregue ao capitão-mór Francisco Pinto Homem de Azevedo.

1835. Dr. JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA. Nomeado em 6 de abril de 1835; posse em 28 de maio do mesmo ano. Exonerado em 3 de outubro de 1836. Deixou entregue interinamente ao padre Manoel de Assumpção Pereira.

1836. JOSÉ THOMAZ NABUCO DE ARAUJO. Nomeado em 29 de junho de 1836; posse em 8 de novembro do mesmo ano; exonerado em 26 de março de 1837, assumindo o governo interinamente o vice-presidente padre Manoel de Assumpção Pereira. Este governo solicitou a criação de uma cadeira de primeiras letras e fez varias apreciações sobre a instrução. Enviou para o Arsenal de guerra varios rapazes para educar. Instalou a iluminação das ruas de Vitória. O Tesouro da Provincia foi roubado em réis 18:649\$082.

1837. JOÃO LOPES DA SILVA COUTO. Nomeado em 26 de março de 1838; posse em 21 de outubro de 1838. Exonerado em 5 de agosto de 1840.

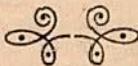
1840. JOSÉ JOAQUIM MACHADO DE OLIVEIRA. Nomeado em 5 de agosto de 1840; posse em 15 de outubro do mesmo ano; exonerado em 2 de abril de 1841. Neste governo chega em Vitória a primeira tipografia, que imprimiu o jornal "O Estafeta".

1841. JOSÉ MANOEL DE LIMA. Nomeado em 2 de abril de 1841; posse em 27 de abril do mesmo ano; exonerado em 10 de agosto de 1842. Foi substituído interinamente pelo vice-presidente Joaquim Marcelino da Silva Lima.

1842. JOÃO LOPES DA SILVA COUTO. Nomeado em 1.º de agosto de 1841; posse em 10 de agosto do mesmo ano; exonerado em 9 de julho de 1843. Retirou-se desgostoso por não ter sido eleito deputado, deixando no governo Joaquim Marcelino da Silva Lima, que passou o governo ao capitão-mór Francisco Pinto Homem de Azevedo. Este governo (João Lopes da Silva Couto) obteve nas eleições um único voto. Tendo falecido o deputado Freitas Magalhaes, foi ele chamado para substituí-lo. Envia então um ofício a Camara pedindo excusa do cargo de deputado por motivos que dizia não ser estranho a camara.

1843. WENCESLAU DE OLIVEIRA BELO. Nomeado em 9 de junho de 1843; posse em 15 de julho do mesmo ano. Exonerado em outubro do mesmo ano. Em Mensagem alegou que seu governo foi "atribulado" mas não fez indicação desse motivo.

(Continúa no proximo numero)



O INSTITUTO HISTÓRICO E SUAS ATIVIDADES

(PRINCIPAIS FATOS E OCORRENCIAS DO BIÊNIO 1943-1945)

O INSTITUTO

1) — Realisou uma sessão magna, comemorativa da data de sua fundação e que lembra também o fuzilamento do martir espirito-santense Domingos José Martins, seu Patrão, sessão em que tomou posse a Diretoria para o biênio 1943-1945 (12 de junho);

2) — Congratulou-se com o Governo do Estado pela vinda a esta Capital do Dr. Paulo Barreto, do Serviço do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional, para dar início á reconstituição dos Templos de Santa-Luzia, nesta Capital e Matriz de Nova-Almeida, determinando que a Casa, pela sua Comissão de Arqueologia, prestasse toda assistência a aquele cientista, (17 de Junho);

3) — Estabeleceu sessões ordinárias semanais para sua Diretoria, (17 de Junho);

4) — Recebeu do Major João Punaro Bley, ex-Interventor Federal no Estado, por intermédio do sócio Dr. Mário Freire, precioso documento histórico encontrado nos arquivos da Companhia Vale do Rio Doce, em o qual antigos comerciantes desta Capital pediam ao Imperador Pedro II a construção de uma estrada de ferro que cortasse aquele Vale, (1.º de Julho);

5) — Estabeleceu permuta de livros e obras em duplicata com a Bibliotéca Pública do Estado, (1.º de Julho);

6) — Aceitou como sócio efetivo o Dr. Augusto de Aguiar Salles grande estudioso do nosso passado, (1 de Julho);

7) — Congratulou-se com o Prefeito da Cidade de Cachoeiro de Itapemirim, pela maneira brilhante porque comemorou o dia 29 de Junho, o "Dia de Cachoeiro", (1.º de Julho);

8) — Homenageou a memória do Floriano Peixoto pela passagem de mais um aniversário de sua morte, (1 de Julho);

9) — Comemorou a data bahiana de 2 de Julho, congratulando-se com o seu coléga da Bahía, (1 de Julho);

10) — Congratulou-se com o Consul dos Estados Unidos nesta Capital, pela passagem do dia 4 de Julho, dia da Independência daquele Paiz amigo, (1 de Julho);

11) — Preparou o programa para a comemoração da passagem do Centenário do selo-postal, propondo a realização de uma exposição filatélica na Cidade, (1 de Julho);

12) — Congratulou-se com o Departamento Municipal de Estatística desta Capital pelo êxito da 1.^a Exposição do Livro Capichaba e com a Associação de Imprensa pelos magníficos resultados da 1.^a Exposição de Jornais, (1.^o de Julho);

13) — Congratulou-se com o Governo do Estado pelo inicio dos trabalhos da reconstituição dos nossos monumentos históricos, (22 de Agosto);

14) — Recebeu do Sr. Interventor Federal a oferta de um artistico Album do Rio Grande do Sul, ricamente ilustrado, intitulado "**Imagem da terra gaucha**", (4 de Outubro);

15) — Recebeu do Presidente da Casa excelente publicação sobre José Bonidácio — (4 de Outubro);

16) — Lembrou a efeméride que recorda a criação da Comarca de Vitória em 1741, (4 de Outubro);

17) — Estudou o plano para a elaboração da História do Espírito Santo, (4 de Outubro);

18) — Patrocinou uma conferência da naturalista capichaba D. Maria Stélla Novais que desenvolveu o tema "**Botânica e Folk-lore na terra capichaba**", (1.^o de Novembro);

19) — Comemorou, com uma sessão especial, a passagem do aniversário natalício de D. Pedro II, empossando-se, na ocasião, o novo sócio efetivo dr. Augusto de Aguiar Salles, cujo discurso versou sobre a efeméride, (2 de Dezembro);

20) — Incumbiu o Secretário Geral da Casa de elaborar o plano definitivo para a História do Espírito Santo, (21 de Dezembro);

21) — Recebeu congratulações da "Sociedade Brasileira de Folk-lore" por ter promovido uma conferencia sobre o Folk-lore espirito-santense, (21 de Dezembro);

22) — Recebeu do Sr. Interventor Federal do Estado a oferta de um artistico bronze, representando uma "**Lélia purpurata**", prêmio con-

ferido ao Estado do Espírito-Santo na 2.^a Exposição Nacional de Orquídeas reunida no Rio de Janeiro, (7 de Fevereiro);

23) — Recebeu do mesmo Sr. Interventor Federal, para o seu arquivo de preciosidades, a oferta de uma velha espada que pertenceu ao Tenente da antiga Guarda-nacional — Rafaél Bitencourt — oferecida a S. Excia. por D. Carolina Bitencourt, filha daquele oficial, (7 de Fevereiro);

24) — Comemorou o centenário do "Cerco da Lapa" comunicando a homenagem ao Sr. Ministro da Guerra e ao Instituto Histórico do Paraná, (7 de Fevereiro);

25) — Aprovou o plano definitivo a que deve obedecer a elaboração da História do Espírito-Santo, (7 de Fevereiro);

26) — Homenagem à memória dos ilustres brasileiros Bernardo Horta, Padre Antunes de Siqueira, Basílio Daemon, Joaquim Gomes de Souza e Humberto de Campos, (7 de Fevereiro);

27) — Criou a "Galeria Major Bley" por proposta do sócio Mário Freire, na qual deverão figurar todos os velhos mapas e plantas do Estado, oferecidos ao Instituto por aquele associado;

28) — Homenagem a memória do notável espírito-santense dr. Amaro Ferreira Neves Armond, falecido no corrente ano de 1944 (20 de Março);

29) — Recebeu do Sr. Interventor Federal a oferta de uma preciosa coleção de selos postais da Polónia, em quadros que lhe apresentara o embaixador daquele Paiz amigo, (20 de Março);

30) — Congratulou-se com o Governo do Estado pela resolução de fazer reeditar, pela Imprensa Estadual, as obras dos nossos maiores escritores falecidos, (20 de Março);

31) — Designou uma Comissão de sócios para visitar as obras de reconstrução dos nossos monumentos históricos e sobretudo o velho templo de Nova-Almeida que estão sendo levadas a efeito pelo serviço do Patrimônio Artístico Nacional, (20 de Março);

32) — Editou o décimo-quinto volume da sua Revista no qual fez juntar uma completa resenha de toda a matéria constante dos quatorze números anteriores;

33) — Prestou homenagem especial á memória do ilustrado espírito-santense Dez. Celso Calmon Nogueira da Gama, ex-presidente e orador oficial da Casa, por ocasião de seu desaparecimento, ocorrido em 13 de Abril, (8 de Maio);

34) — Elegem para sócia efetiva da Casa a educadora e naturalista capichaba Prof. D. Maria Stélla de Novais, (5 de Junho);

35) — Comemorou condignamente, com uma sessão especial e uma romaria cívica ao seu monumento, nesta Capital, o dia 12 de Junho,

que assinála o fusilamento do martir espirito-santense Domingos Martins um dos chéfes da Revolução de 1817. (12 de Junho);

36 — Estudou o sentido da palavra "capichaba" e pesquisou o verdadeiro logar de nascimento de Ararigboia no Estado. (3 de Julho);

37) — Agradeceu a homenagem que lhe prestou o Governo do Estado escolhendo dois de seus sócios (Drs. Eurípedes Queiróz do Vale e Cícero Moraes) para representarem o Estado no X Congresso de Geografia reunido na Capital da República nos dias 7 a 16 de Setembro (1944) (7 de Agosto);

38) — Pesquisou a verdadeira data da instalação da Santa Casa de Misericórdia desta Capital, uma das mais antigas do Brasil cujo quatri-centenário deverá ocorrer no próximo ano (1945). (7 de Agosto);

39) — Prestou especial homenagem á memoria do jurisconsulto brasileiro Clovis Bevilacqua, recentemente falecido na Capital do País (7 de Agosto);

40) — Aprovou o Relatório do Secretário Geral (Eurípedes Queiróz do Valle) referente ás suas atividades no X Congresso Brasileiro de Geografia, como representante do Estado e do Instituto (3 de Outubro);

41) — Agradeceu ao Departamento Municipal de Estatística a oferta de um grande e artistico mapa do Município de Vitória. (3 de Outubro);

42) — Prestou uma homenagem especial ao venerando Presidente honorário da Casa — Dr. Antonio Francisco de Athayde — pela passagem de mais um aniversário natalício. (3 de Outubro);

43) — Comemorou festivamente, a passagem de mais um aniversário de nossa Independencia política, realizando uma sessão especial e soléne (7 de Setembro);

44) — Fez publicar uma edição especial de seus Estatutos aos quais anexou uma lista completa de sócios, outra de Diretorias e uma resenha alfabética de toda a matéria publicada nos 14 volumes da sua Revista;

45) — Fez editar o presente número (décimo-sexto) de sua Revista.



Registro Geral Onomastico dos Socios do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

EFETIVOS

A) — Adelfo Monjardim — Adolfo Fernandes de Oliveira — Afonso Schwab — Alceu Moreira Pinto Alexo — Almir dos Santos Gonçalves — Alonso Fernandes de Oliveira — Américo Poli Monjardim — Américo Ribeiro Coêlho — Américo Vespúcio Ribeiro de Oliveira — Antonio Francisco de Athayde — Aristóbulo Barbosa Leão — Arnulfo Matos — Arthur Lourenço de Araujo Primo — Augusto Afonso Botelho — Augusto Emilio Estelita Lins — Augusto de Aguiar Salles — Aurino Quintais.

B) Beresford Martins Moreira.

C) — Carlos Nicoletti Madeira — Carlos Monteiro Lindenberg — Carlos Miranda Cunha — Ceciliano Abél de Almeida — Célio Calmon Nogueira da Gama — Cícero Moraes — Cristiano Ferreira Fraga.

D) — Darcy Martins de Mattos — Dario Araujo.

E) — Eduardo de Andrade e Silva — Eurípedes Queiróz do Valle.

F) — Fernando Duarte Rabello — Fernando de Abreu — Francisco Climaco Feu Roza — Francisco Eugénio de Assis — Francisco Generoso da Fonseca.

H) — Heráclito Amancio Pereira.

J) — Jair Etienne Dessaune — João Bastos Bernardo Vieira — João Manoel de Carvalho — João Milton Varejão — Jones dos Santos Neves — José de Barros Wanderley — José Sette — Josias Batista Martins Soares — Juvenal Francisco Pereira Ramos.

L) — Luiz Claudio de Freitas Roza — Luiz Scortegagna (D.) — Luiz Malizeck.

M) — Manoel Moreira Camargo — Manoel Lopes Pimenta — Manoel X. Pais Barreto Filho — Marcondes Alves de Souza Junior — Mário Aristides Freire — Mario Serranc — Moysés de Medeiros Acioly.

N) — Nelson Abel de Almeida.

O) — Olyntho Couto de Aguirre — Oswald Cruz Guimarães.

P) — Placidino Passos.

T) — Theofilo Costa.

V) — Vicente da Silva Loureiro.

W) — Wlademiro da Silva Santos.

CORRESPONDENTES

A) Abner Mourão — Abilio Tostes Malta — Afonso Correia Lyrio — Afonso de Escagnolle Taunay — Agenor de Roure — Agustin Ven-

turini — Alarico de Freitas — Alberto Couto Fernandes — Alcides Célso Ramos Jubé — Alcino Guanabara Filho — Amílcar Salgado dos Santos — Anibal Falcão Lima — Antonio Alvares Lôbo — Antonio Batista Pereira — Antonio Carlos Simoens da Silva — Antonio Néves de Mélo — Armando de Mattos — Aristeu Borges de Aguiar — Aristeu Portugal Néves — Armando Manoel de Lemos de Mattos — Arnaldo Medeiros da Fonseca — Atilio Vicacqua — Augusto Barata.

B) — Benjamim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti — Benedito Alves de Souza (D.) — Bernardino José de Souza — Bruno Lôbo.

C — Camilo Loureiro Bento Júnior — Candido Mariano da Silva Rondou — Carlos Delgado de Carvalho — Carlos Mesquita — Carlos Xavier Paes Barreto — Céso Elpidio da Roza Bonfim — Claudionor Ribeiro — Coriolano de Medeiros.

E) — Elías Tomazzi Podestá — Elpidio Pimentel — Emanuel (Manuel) Gomes de Oliveira (D.) — Epiranio da Fonseca Dória Menezes — Eugénio Néves Cunha — Eusébio Neri Alves de Souza.

F) — Flávio Marojá — Florentino Avidos — Francisco Gonçalves — Francisco José de Oliveira Viana.

G) — Gago Coutinho — Gelmires Reis — Guilherme Martinez Auler.

H) — Heitor Muniz — Helvécio Gomes de Oliveira (D.) — Henrique Augusto Wanderley — Henrique Boiteux — Henrique Novais — Herculano Assução — Hercules Penna — Herméto Pereira Lima — Honório de Souza Silvestre.

J) — Jair Tovar — J. J. Bernardes Sobrinho — João Candido Maia — João Luiz Bastos Varéla — João Maia — João Batista de Melo e Souza — Jorge Bahlis — Jorge Bortclasso Stéla — José Antonio Lopes Ribeiro — José Bernardino Alves Júnior — José Bueno de Oliveira Azevedo Filho — José Coêlho de Almeida Cousin — José Fontes Castélo Branco — José de Freitas Bastos — José Pacheco Dantas — Julio Afranio Peixoto.

L) — Lardé de Venturino — Leopoldo Bettiol — Levino Fanzeres — Lincoln de Carvalho Caldas — Lindolfo Xavier — Lucas Alexandre Boiteux — Luiz Pedro Barbosa — Luiz Fraga — Luiz de Freitas Castro — Luiz Serafim Derenzi.

M) — Manoel dos Santos Néves — Manoel Monjardim — Marcilio Teixeira de Lacerda — Mário Bouchardet — Mário C. do Rego Monteiro — Mário de Sanctis — Mário Vasconcelos de Veiga Cabral — Martins de Oliveira — Meroveu Cardoso Junior — Mirabeau da Rocha Pimentel.

N) — Nelson Coêlho de Senna — Nicolau Duarte Silva — Nilo de Freitas Bruzzi.

O) — Osvaldo Albuquerque — Osvaldo Coêlho de Oliveira — Osvaldo Poggi de Figueiredo — Otávio José de Mendonça.

P) — Paulo Américo de Argollo Silvado — Pedro Célso — Pedro Fontes — Pedro Gastão de Orleans e Braganca.

S) — Sebastião Barrozo Nunes — Sezefredo Garcia de Rezende — Silvio Fróis de Abreu.

T) — Tancredo de Barros Paiva — Teofilo Feu de Carvalho — Theo-Filho (Teotónio de Lacerda Freire Filho) — Thiers Fleming — Tristão de Araripe.

U) — Ubaldo Ramalhetes Maia — Ulysses Menegal.

V) — Virgílio A. Correia Filho.

W) — Walter de Moraes Siqueira — Walter Sócrates do Nascimento — Walter Speldinge — Weakens Sócrates do Nascimento.

FALECIDOS

A) — Adhemar Grijó — Adhemar Pinto de Araujo — Adolfo Fraga — Adolfo Mário de Oliveira — Afonso Célso de Assis Figueiredo — Afonso Cláudio de Freitas Roza — Alziro Viana — Amancio Pinto Pereira — Anésio Augusto de Carvalho Serrano — Antonio Aunón Sierra — Antonio Araujo Aguiar — Antonio Ferreira Coêlho — Antonio Gomes Aguirre — Antonio Martins de Azevedo Pimentel — Arabélo Lellis Horta — Argen Monjardim — Aristides Brasileiro de Barcellos Freire — Aristóteles da Silva Santos — Arquimimo Martins de Mattos — Arthur Antunes Barbosa Brandão.

B) — Benjamim F. Ramiz Galvão — Bernardino de Souza Monteiro.

C) — Candido Costa Cardoso Castéio — Clóvis Beviláqua — Cristiano Vieira de Andrade — Cyrillo Tovar Filho.

D) — Deocleciano Nunes de Oliveira.

E) — Elpidio Boa-Morte — Elysió de Carvalho — Eurico Borges de Aguiar.

F) — Francisco de Carvalho Lima Júnior — Francisco de Paula Mendes Wanderley — Francisco Rodrigues da Fraga Loureiro — Francisco da Silva Rufino — Francisco Martins dos Santos.

G) — Guilheme Studart — Gustavo Hasselmann.

H) — Henrique Coêlho Néto — Henrique O'Reilly de Souza.

J) — João Claudio Carneiro Campêlo — João Aguirre — João Alcides Bezerra Cavalcanti — João Lordelo dos Santos Souza — João Pandiá Calogeras — João Barbosa Rodrigues Júnior — João Batista Correia Nery (D.) — João Calmon Adnet — Jonas Meira Bezerra Montenegro — Jonathas Archânjo da Silveira Serrano — José Arthur Boiteux — José Dias da Cunha — José Maria Moreira Guimarães — José Távares Bastos — José Xavier Carvalho de Mendonça.

L) — Levino de Holanda Chacon — Loren Marion Reno — Lourenço de Moraes Freitas Barbosa — Luiz Adolfo Thiers Veloso — Luiz Jouffroy.

M) — Manoel de Oliveira Lima — Manoel Bonfim — Mário Imperial — Moacyr Monteiro Avidos.

N) — Nino Amancio Pereira.

O) — Oscar Farias Santos — Otávio Alves de Araujo — Osvaldo Monteiro.

R) — Raymundo Thomé Bezerra — Rocha Pombo.

S) — Solidônio Atico Leite — Sá Viana — Sebastião P. de Sá Sotto-Mayor — Sacadura Cabral.

T) — Targino Nêves — Teófilo Paulino da Silveira — Theodoro Sampaio — Tristão de Alencar Araripe.

W) — Wlademiro Fradesso da Silveira — Vicente do Rego Themudo Lessa.

Secretaria Geral do Instituto Histórico, Dezembro de 1944.

EURÍPEDES QUEIROZ DO VALLE

Secretário Geral

ÍNDICE

	Pags.
O CENTENÁRIO DO SÉLO BRASILEIRO	5
FOLCLÓRE	7
O ANIVERSÁRIO DE D. PEDRO II	16
DOMINGOS MARTINS	24
SEMANA DA PÁTRIA	32
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA	39
PROFESSOR NEVES ARMOND	42
IN PRINCIPIUM... ..	43
DISCURSO-RELATÓRIO	48
ADMINISTRADORES DO ESPÍRITO SANTO	52
O INSTITUTO HISTÓRICO E SUAS ATIVIDADES	58
REGISTRO GERAL ONOMASTICO DOS SÓCIOS DO INSTI- TUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO	62

